

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 069

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE JUNHO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Fernando Ribas Carli e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO 1260-A

SÚMULA:

Requer o envio de pedido de informações à COPEL com as seguintes indagações:

a) Qual o custo total para implantação da Usina eólica, no Município de Palmas?

b) Os terrenos onde foram construídas as torres foi adquirido ou alugado? Se arrendado ou adquirido, qual o valor e a forma de pagamento?

c) Existe projeto para ampliação da Usina, como a construção de novas torres?

d) Qual a relação de preços entre as Usinas eólicas e hidrelétricas?

e) Qual é a produção atual das Centrais eólicas do Paraná?

f) Existe semelhança em funcionamento atualmente no país ou no mundo?

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações à COPEL com as informações relacionadas na súmula do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 14.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A COPEL com grande publicidade, inclusive para o Paraná todo, construiu as Centrais eólicas, no Município de Palmas. Até agora existem cinco com seis torres em funcionamento. Porém, divulga-se que o projeto prevê a edificação de algumas centenas de torres no planalto palmeno. É inteiramente justo que essa Casa de Leis, conheça com detalhes essa iniciativa, até para poder emitir opiniões. Hoje, por não conhecermos as razões que levam a COPEL a concluir pela adoção da energia eólica, ficamos devendo informações às pessoas que querem conhecer a nossa opinião sobre o assunto. Além disso, nada mais correto de que esse tema, fosse debatido neste Parlamento, até porque ele indubitavelmente, trará consequências a economia paranaense. Por isso, estamos fazendo o presente pedido de informações.

REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 288/99, de minha autoria, que proíbe o corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, Doutor Waldenício Barbalho, ocorrido dia 11.06.99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, em 11.06.99, o ex-Deputado Estadual, Dr. Waldenício Barbalho, com a idade de 77 anos vítima de pertinaz enfermidade.

O extinto foi Vereador, por diversas legislaturas, no Município de Paranavaí.

Foi Deputado Estadual eleito em 1974. Deixou filhos e netos.

O passamento do Dr. Waldenício Barbalho, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, este Deputado.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana do seu servo Waldenício.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Waldenício Barbalho, e o seu descanso não terá fim desde agora para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Waldenício Barbalho para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Waldenício sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por meio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Barbalho endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando à Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Roberto Barrozo Filho, ocorrido em 13.06.99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 77 anos de idade faleceu nesta Capital em 13 de junho de 99, o Dr. Roberto Barrozo Filho, Diretor Presidente do Jornal do Estado.

Deixou viúva, filhos e netos.

Roberto Barrozo Filho foi Vereador e ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba. Foi também titular, por 40 anos, do Cartório de Protestos e Títulos de Curitiba.

O passamento do Dr. Roberto Barrozo Filho, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana do seu servo Roberto Barrozo Filho.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Dr. Roberto Barrozo Filho, e o seu descanso não terá fim desde agora para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Roberto Barrozo Filho para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Roberto sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por meio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Barrozo endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando à Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de louvor, ao Senhor José Alves da Silva, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dada ciência ao homenageado, sito à Rua Conselheiro Correia, 3171 - Jardim Eldorado - CEP: 83206-330, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Alves da Silva, para o qual proponho voto de louvor, nasceu em 21.03.48, na Cidade de Riacho de Santana, Estado de Minas Gerais. Aos 4 anos de idade mudou-se para o Estado do Paraná, onde mais tarde casou-se com a Senhora Nadir Marques da Silva, com quem teve três filhos, Emerson, Selma e Helton. Em 05.12.85, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná.

O Pastor José Alves da Silva, há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigindo várias igrejas, em diversas cidades de nosso Estado, tais como: Mauá da Serra, Assis Chateaubriand e Paranaguá, onde é Pastor-Presidente atualmente.

Além das atividades eclesiásticas, Pastor José Alves, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível, àqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo.

Também ocupou diversos cargos importantes na mesa diretora da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná CIEADEP, sendo hoje o vice-Presidente da instituição supra citada.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Alves da Silva, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, e por tanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao Jornal "Tribuna do Norte", pela sua nova e moderna sede.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Superintendente Sr. Baltazar Eustáquio de Oliveira através de correspondência a ser encaminhada à Av. Zilda Seixas Amaral, nº 4.270, Parque Industrial Norte, Caixa Postal nº 304, CEP: 86.800-030/Apucarana/PR.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Tribuna do Norte", um dos mais importantes veículos de comunicação do Paraná está há nove anos desempenhando seu papel de informar à população, através da imparcialidade e espaços democráticos que disponibiliza a toda a sociedade.

Seu trabalho de levar diariamente os mais importantes acontecimentos da região, do Estado, do Brasil e do mundo, pautado em um excelente trabalho editorial e programação visual, lhe confere posição de destaque na mídia paranaense.

Através da divulgação das palavras, das idéias, opiniões, pensamentos e práticas, os jornais tem fundamental importância em seu papel de conduzir a sociedade em direção ao novo século. Os portais das grandes mudanças já estão abertos, e os meios de comunicação tem a responsabilidade de indicar os caminhos para que a humanidade não se afaste da verdade. O jornalismo sério que a "Tribuna do Norte" aplica em suas páginas é de extrema importância para a formação de um pensamento democrático em seus leitores e toda a sociedade.

A "Tribuna do Norte", inaugurou seu novo centro administrativo e parque gráfico. As instalações são amplas e abrigam uma equipe de mais de 100 funcionários e modernos equipamentos e máquinas. A inauguração da nova sede, marca o início de mais um período da empresa apucaranaense, que teve sua semente plantada nos anos 80, quando o Jornalista Baltazar Eustáquio de Oliveira dirigia o tablóide diário "Jornal do Norte" o "JN" e há 9 anos guiado pela visão empreendedora, adquiriu o Jornal "Tribuna da Cidade" e o somou ao "JN". Nasceu então, a "Tribuna do Norte", que hoje atende mais de 50 municípios paranaenses, incluindo todo o Vale do Ivaí.

A "Tribuna do Norte" é, com todos os méritos, um dos grandes representantes do setor jornalístico e empresarial de nosso Estado. E prova mais uma vez, que o planejamento, seguido de trabalho sério, produz excelentes resultados.

REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Aparecido Conrado de Lima, pela sua posse como novo presidente do Lions Clube de São José dos Pinhais, Rui Barbosa (Travessa Augusto Conte, 86, CEP 83030-250, S. J. dos Pinhais/PR), com sede naquele município.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Conrado de Lima, tomou posse na semana passada, como novo Presidente do Lions Clube São José dos Pinhais, Rui Barbosa, localizado naquele Município. É casado com a Sra. Nilza de Lima e tem 3 filhos. É administrador de Empresas e trabalha no ramo de propagandas especiais para desenvolvimento de produtividade em empresas (ISO) e está substituindo o Militar do Exército aposentado, Ednir Matos Kauling na Presidência do Clube.

O Lions Clube de São José dos Pinhais-Rui Barbosa vem realizando importantes obras junto à população do Município e sua nova Diretoria está assim composta:

Presidente: Aparecido Conrado de Lima

Past Presidente Imediato: Ednir Matos Kauling

1º Vice-Presidente: Marcelo Eduardo Abrahão

2º Vice-Presidente: Adilson Falkembach Aguirre

3º Vice-Presidente: Rubem Sotter

Secretário: Luiz Carlos Xavier

Tesoureiro: Francisco Américo Siebra de Brito

Diretor Social: Irineu da Silva

Diretor Animador: Gilmar Olavo Crovador Leal

Diretores Vogais: Nelcindo Rossetti e José Carlos Goulart

À toda a Diretoria eleita para o período 1999/2000 do Lions Clube de São José dos Pinhais, Rui Barbosa, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Gilberto Giacóia, Procurador Geral da Justiça do Paraná, pela eleição como Presidente dos Procuradores de Justiça do Brasil.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, Professor Gilberto Giacóia, foi eleito no último dia 12 de junho, na Cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, durante encontro dos Procura-

dores, novo Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça do Brasil.

O mandato inicia-se em agosto próximo e dura até agosto do ano 2000.

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao Padre Jorge Prado Serzoshi de Agudos do Sul, pelo troféu de 5º colocado no I Festival de Canto da Juventude, ocorrido no dia 06 de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Padre Jorge nasceu em 13 de fevereiro de 1957, natural de Quitandinha, sendo padre há 13 anos e trabalhando há 7 anos em Agudos do Sul.

De 1996 até hoje compôs mais de 30 canções de música sacra, já participou de vários festivais, obteve o 2º lugar em Rio Negro, em 1998.

Este ano em 06 de junho do corrente participou do I Festival de Canto da Juventude, realizado na Igreja Nossa Sra. da Conceição, no Bairro de Guabirotuba em Curitiba, o qual foi classificado concorrendo com 20 grupos do Paraná e obteve o troféu de 5º lugar.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja enviada correspondência ao Padre Jorge Prado Serzoshi, Praça 08 de Dezembro, nº 349, CEP 83850-000, Agudos do Sul, PR.

REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUEREM o envio de votos de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Deputado Michel Temer, DD. Presidente da Câmara Federal, pela assunção à Presidência da República, exercendo o cargo maior do País na ausência do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do vice-Presidente Marco Maciel.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Excelentíssimo Presidente em exercício.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(aa) WALDIR PUGLIESI

ORLANDO PESSUTI

ADEMIR BIER

EDSON STRAPASSON

NEREU MOURA

ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao PROVOPAR, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$3.000,00 para aquisição de materiais para o Clube de Mães do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães do Município de Jundiá do Sul, atendendo atualmente cerca de 40 mulheres com idades acima de 16 anos (diretamente) e cerca de 40 homens e 120 crianças (indiretamente).

Através de um trabalho sistematicamente realizado, o Clube de Mães vem prestando importante colaboração à população mais carente da cidade e, neste momento, para dar continuidade aos seus trabalhos, necessita de recursos financeiros para aquisição de material (plano de aplicação anexo). Objetivando sanar este problema, nosso Gabinete Parlamentar protocolou processo junto ao PROVOPAR sob nº 1636/99, para cuja solicitação, solicitamos apoio deste Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao PROVOPAR, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$2.697,00 para aquisição de equipamentos para Oficina de Horticultura do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jundiá do Sul, através de sua APMI, pretende instalar uma Oficina de Horticultura, que virá atender diretamente cerca de 60 adolescentes e indiretamente 60 famílias.

Para o desenvolvimento deste projeto (especificação em anexo) são necessários recursos financeiros para a aquisição de equipamentos (plano de aplicação anexo). Objetivando sanar este problema, nosso Gabinete Parlamentar protocolou processo junto ao PROVOPAR sob nº 1635/99, para cuja solicitação, solicitação apoio deste Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DETRAN, solicitando celebração de convênio com o Colégio Estadual Paulo Leminski, desta Capital, para repasse de recursos oriundos do pagamento de diárias de veículos no pátio daquele Órgão Estadual.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Paulo Leminski, localizado em terreno vizinho ao DETRAN, ao lado do pátio onde são deixados veículos apreendidos e/ou sinistrados, necessita com urgência de recursos para obras diversas na Escola, inclusive encontrando-se com o prédio com obras paralisadas, do qual tem muita necessidade para abrigar seus alunos.

Sabedores que somos de que o DETRAN cobra uma diária pelos veículos que ficam estacionados no pátio em questão, solicitamos a celebração de um convênio, através do qual recursos oriundos destas diárias seriam repassados àquele estabelecimento de Ensino, que é uma escola estadual e que muito necessita dos mesmos para obras diversas.

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Augusto Canto Neto, Secretário de Estado de Obras Públicas, que informe com detalhe, quais as obras em andamento em todo o Estado do Paraná, na sua Pasta.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o art. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para servir como subsídios os trabalhos que pretendemos elaborar, necessitamos a colaboração da Secretaria de Estado de Obras Públicas, no sentido de informar com todos os detalhes, as obras em andamento em todo o Estado do Paraná, promovidas pela referida Pasta.

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/99**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado a realização do plebiscito para incorporação pelo Município de Jataizinho de uma área desmembrada do Município de Assaí.

Art. 2º - A área incorporada terá os seguintes limites e confrontações:

“Começa no Rio Tibagi, na Foz do Ribeirão Saltinho, sobe por este até encontrar a reta divisora das Companhias Colonizadoras “Brasil e Norte do Paraná”, em rumo N.S., verdadeiro, segue por esta reta até encontrar o Ribeirão do Tigre; sobe por este até encontrar a reta rumo NS verdadeiro que vem da cabeceira do Ribeirão Ipê, sobe por esta reta, alcança as cabeceiras do Ipê, desce por este até a sua foz, no Ribeirão Jataizinho, pelo qual sobe até a sua cabeceira, perfazendo uma área de 50.149.980,00 m².

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por finalidade, atender a solicitação das localidades denominadas Água Branca, Água Branca de Cima, Água do Tijolinho e Água Porto de Cima, com área de 50.139.980,00m², que pretendem o seu desmembramento do Município de Assaí e, conseqüentemente, sua incorporação ao Município de Jataizinho, com os limites e confrontações conforme especifica.

A documentação anexada ao presente, não deixa qualquer dúvida, quanto a legitimidade e oportunidade do que é pretendido.

Historicamente, as comunidades de Água Branca, Água Branca de Cima, Água do Tigrinho e Água Porto de Cima, sempre, pertenceram ao Município de Jataizinho.

Assim é, que, o Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, a qual pertence o Município de Jataizinho, tem todas as matrículas de registro de terras da área, como sendo localizadas no Município de Jataizinho, como comprova as cópias de registros anexadas ao Relatório, que acompanha o presente Projeto de Resolução.

A vontade dos moradores de Água Branca, Água Branca de Cima, Água do Tigrinho e Água Porto de Cima, em se incorporarem ao Município de Jataizinho, esta manifestada nas 181 (cento e oitenta e uma) assinaturas de habitantes daquelas localidades e que constam do Relatório anexo.

Em 1956, como prova maior os Municípios de Jataizinho e Assaí, por seus prefeitos municipais assinaram “Termo de Acordo”, constante de fls., do Relatório, em anexo, no qual acordam, nas divisas dos Municípios de Jataizinho e Assaí, exatamente na forma de presente Projeto de Resolução.

No entanto, à época, deixaram de dar forma legal ao documento, que seria através de proposição (Projeto de Resolução) da Assembléia Legislativa. É o que se pretende fazer agora.

Solicitada a opinar a respeito a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assim se manifestou (fls.):

“Entretanto, além da divisa legal, identificamos que há na realidade, uma outra divisa respeitada historicamente pelos dois municípios. O município de Jataizinho, há décadas, vem administrando o território que compreende, desde o Rio do Tigre ou Tigrinho, até o Rio Água do Pari.

A população dessa área, é assistida pelo município de Jataizinho em todos os aspectos: educação, saúde, conservação de estradas, investimentos agrícolas entre outros. A maioria dessa população tem seu título de eleitor registrado no município de Jataizinho e se consideram cidadãos desse município.

Todas as informações acima, foram obtidas em pesquisas e entrevistas com moradores, realizadas *in loco*, nas localidades de Rio do Tigre, Água Branca de Cima e Água Branca de Baixo”.

A conclusão final é do seguinte teor:

“A área em conflito, compreendida entre os Rios do Tigre e Pausinho, de fato, tem sido administrada historicamente pelo Município de Jataizinho. No entanto, não é possível alterar a divisa, visto que legalmente, de acordo com a Lei nº 790/51, a área pertence ao Município de Assaí.

A alternativa para alteração de limites, é a realização de plebiscito com a população local e a posterior alteração da lei. Tal plebiscito, pelo Município de Jataizinho, junto a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”.

Pela documentação apresentada pelo que consta do Relatório, em anexo, e estando o projeto de resolução de acordo com a legislação estadual e federal, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados à proposição que ora apresentamos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 318/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Dirceu Rosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o único objetivo de prestar uma homenagem justa ao ilustre paranaense Dirceu Rosa.

Homem honrado, escultor, pai de família exemplar e respeitado e admirado pela sociedade regional e paranaense.

Tem obras espalhadas por todo o Brasil, levando o nome do Paraná no mais alto conceito das artes plásticas brasileira.

Curriculum Vitae, em separado.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 319/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em regime de comodato, por prazo indeterminado, duas áreas de terras, de propriedade da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, constante da transcrição nº 12.333, fls. 56, do livro nº 3-Q, com área de 65.840,00m² (sessenta e cinco mil e oitocentos e quarenta metros quadrados) do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio da Platina e da transcrição nº 2.784, fls. 134, do livro 3-C, com área de 84.712,25m² (oitenta e quatro mil, setecentos e doze metros e vinte e cinco centímetros quadrados), do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal, às margens do Rio Laranjinha à Prefeitura de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o Art. 1º, desta lei, serão destinados a uma área de lazer, não podendo ter destinação diversa.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar uma destinação útil a uma área de terras, que se encontra abandonada e, em situação privilegiada às margens do Rio Laranjinha e próxima a Rodovia PR-218, que liga as Cidades de Ribeirão do Pinhal e Nova Fátima.

A destinação pretendida é de construir uma área de lazer, com múltiplas atividades recreativas, pois a sede do Município está, apenas, a 9Km.

O projeto apresentado corrige a falta de utilização da área e irá proporcionar aos habitantes de Ribeirão do Pinhal um centro recreativo, motivo pelo qual, esperamos merecer o apoio desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 320/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a API-Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados sob nº 751, Livro PJ - nº 12, em data de 06.01.1997 no Cartório de Registro de Títulos Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Toledo, e inscrita na CGC/MF sob nº 01.634.733/0001-40, a API-Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, é uma entidade que vem realizando ótimo trabalho em favor dos Apicultores, direcionando tecnologia para melhorar a produtividade, qualidade e renda, contribuindo sobremaneira na política governamental de diversificação de atividades.

Conforme relatório de atividades, presta relevantes serviços em parceria com a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e comunidade, sendo portanto, merecedora da condição de utilidade pública, com a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 321/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Renovação Carismática de Curitiba - ARCC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 09 de julho de 1991, a Associação da Renovação Carismática de Curitiba, tem realizado relevantes trabalhos de promoção humana e religiosa, junto a comunidade curitibana e paranaense.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 322/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flor da Serra, com sede e foro no Município de Realeza-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flor da Serra, no Município de Realeza, é uma entidade sem fins lucrativos, prestando assistência às pessoas carentes que dela necessitam.

A documentação que instruiu o presente Plano de Lei atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 323/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Artesões de Realeza, ARTEREAL, com sede e foro no Município de Realeza-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Artesões, ARTEREAL, do Município de Realeza é uma entidade sem fins lucrativos, prestando apenas ensinamentos às pessoas que têm interesse no aprendizado artesão. A documentação que instruiu o presente Plano de Lei atende os requisitos de lei regulamentadora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 324/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O *caput* do art. 1º da Lei Estadual nº 11500, de 05 de agosto de 1996, que autoriza as IES a prestarem serviços e ou produzirem bens para terceiros, bem como repassarem aos servidores parte da receita decorrente, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As Instituições de ensino Superior (IES), mantidas pelo Estado do Paraná, mediante resolução específica, em consonância com os respectivos Estatutos, ficam autorizados a prestar serviços e ou produzir bens para terceiros.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 11500, de 05/08/96, no *caput* do art. 1º, limita em 20% da receita o repasse aos servidores que efetivamente participarem das atividades de prestação de serviços e ou produção de bens para terceiros.

Ao limitar esse repasse em 20% da receita decorrente, a Lei nº 11500/96, conquanto eivada das mais salutaras intenções, culminou por restringir excessivamente e comprometer a motivação dos servidores.

A título de ilustração, a Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual de Maringá não vem encontrando solução capaz de viabilizar a participação de servidores em serviços solicitados pela comunidade, a exemplo da realização de concurso público, cursos de atualização, ou quaisquer dos 50 (cinquenta) projetos que vinha desenvolvendo a favor da região noroeste do Paraná, por ser ínfimo o percentual a que teriam direito a título de pró-labore.

A presente proposta de lei vem ensejar consolidação da vertente integradora das IES, que tem efetivamente interagido positivamente na melhoria de qualidade dos serviços e ou produção de bens em todo o Estado do Paraná.

Pelo exposto, faz-se necessária a modificação da Lei Estadual nº 11.500/96, no *caput* de seu art. 1º, razão pela qual se propõe o presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 325/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O controle de execução e cumprimento dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como a comprovação da legalidade, a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de administração direta e indireta, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, obedecerão ao disposto nesta lei, nos termos de art. 75, II da Constituição Estadual.

Art. 2º - As metas físicas, constantes da Lei Orçamentária anual, o volume de recursos liberados, constituem e balizam as referências para o controle da efetiva realização, parcial ou total, dos programas de governo, dos orçamentos do Estado das demais situações previstas no artigo anterior.

Art. 3º - O controle de que se trata a presente lei, compreende o registro imediato, em sistema informatizado e de livre acesso, de todos os dados de interesse na movimentação do Orçamento e das contas do Estado, dos programas de governo e das demais situações previstas nos artigos anteriores.

§ 1º - O registro dos dados de execução física, será efetuado de forma integrada à execução orçamentária e financeira.

§ 2º - As informações devidamente agregadas ficarão disponíveis a qualquer cidadão nos locais e postos de atendimento que vierem a ser indicados por ato administrativo do Poder Executivo.

§ 3º - Ficarão impedidos de efetuar empenho para a execução de novas despesas no mesmo projeto atividade, o órgão que não atualizar as informações sobre a realização das metas físicas nos prazos previamente estabelecidos.

Art. 4º - As prestações de contas do governo do Estado, não serão examinadas se não estiverem acompanhadas das informações sobre a realização das metas físicas orçamentárias, no exercício que se referem.

Art. 5º - As realizações físicas constantes da execução orçamentária serão agregadas, de forma a permitir o acompanhamento das metas do Plano Plurianual.

Art. 6º - O poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O processo de democratização da sociedade necessita de maior participação da coletividade na defesa, aprimoramento, acompanhamento e controle das ações governamentais. Na atualidade o acesso a informação dos recursos públicos não é possível ao cidadão.

É obrigação do estado cumprir fielmente os preceitos de direito e moral de modo que tenha como objetivo o bem comum da coletividade.

Com a tecnologia disponível nas áreas de informática e telecomunicações podem propiciar a integração destas informações contidas em vários bancos de dados ao cidadão.

por outro lado, a Constituição Federal, em seu art. 70, define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União será exercida pelo Congresso Nacional através do controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Outrossim, prevê o art. 78 que os poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, manterão de forma integrada, sistemas no plano plurianual, execução dos programas de Governo e dos orçamentos do estado e de avaliar os resultados, quando à eficácia, da gestão governamental e da aplicação dos recursos públicos por entidade de direito privado, dentre outros objetivos.

A principal motivação para aprovação desse projeto é que a administração Pública Estadual através de um sistema informatizado registre informações sobre a execução orçamentária, não sendo ocultado qualquer item dos interessados e do povo em geral, e que essas informações sejam exibidas em locais apropriados com Assembléia Legislativa, Prefeitura, Câmara dos Vereadores, Fórum, em fim repartições públicas para que todos tomem consciência do que se está sendo feito pelo contribuinte e que possam agir como fiscalizadores dos recursos públicos.

Não é razoável, continuar convivendo com a situação atual, na qual o Legislativo aprova uma programação orçamentária e nunca mais acompanha sua execução. Também não basta controlar somente a execução financeira, mas obter informações sobre o cumprimento das metas físicas previstas na lei orçamentária.

Em particular, nesse momento, de recursos financeiros especialmente escassos há que definir, sistema de informação que apresentem claramente as prioridades adotadas, as ações desenvolvidas e permitida tanto avaliar a atuação governamental, como detectar precocemente casos de malversação de recursos.

Pretende-se, com a aprovação do projeto, num primeiro momento, obrigar a administração Pública Estadual a montar um sistema informatizado que

registre de forma integrada as informações físicas e financeiras sobre a execução orçamentária. Segunda fase, espera-se que tais informações, devidamente agregadas, sejam colocadas à disposição do cidadão comum em locais pré-determinados.

Dispomos hoje de um órgão para defesa do consumidor "PROCON", no entanto não dispomos de um órgão para a defesa do contribuinte, daí a necessidade da criação de um programa específico e permanente de fiscalização e controle que esteja ao alcance de qualquer cidadão.

Assim sendo, esta atividade poderá ser organizada com a criação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de uma Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Quando foi trazido à discussão, nessa Casa, a questão do FUNREJUS, Deputado Braz Palma, eu estava presidindo a Mesa, razão pela qual não participei com o debate com V.Exa.

No dia de hoje, gostaria, apenas e talvez como forma desta Casa, da Assembléia Legislativa, dar uma resposta às preocupações de inúmeras entidades, tais quais, sindicatos, cerealistas, associações, associações de mutuários e muitas outras, que têm enviado correspondência, telegrama, ofícios, telefonemas aos gabinetes parlamentares, mostrando a paralisação de alguns desses setores, inclusive, devido a forma como foi regulamentado o Fundo de Equipamento do Judiciário.

Dizer, Senhores Deputados, Senhor Presidente, que, na verdade esta Assembléia que hoje é a Lei 12.216, que criou o Fundo de Reequipamento do Judiciário, o FUNREJUS. E esta lei, como muitas e muitas vezes acontece nesta Casa, quando nós discutimos sem a devida profundidade as próprias leis, quando delegamos a regulamentação, por inteiro, aos beneficiários da própria lei. E esta lei dia, no seu Artigo 10: - "A presente lei será regulamentada por decreto judiciário que será submetido ao órgão especial do Tribunal de Justiça." Bem a regulamentação foi feita no Tribunal de Justiça, o órgão especial aprovou e entrou em vigor, Deputado Basílio Zanusso, determinado, em todas as ações extra-judiciais e judiciais, uma cobrança em 1ª e 2ª instância. E muitas e muitas vezes duplicando cobranças, como, por exemplo, no ato de uma escritura pública que o cidadão pode acabar pagando a taxa judiciária na procuração, posteriormente paga, para o mesmo ato, na escritura e na

sequência pagaria também para o registro da escritura.

Isso, sem contar uma série de outras atividades que não suportam, realmente, a oneração de novos pagamentos. Bom, esta Casa precisa encontrar uma solução para este caso. E uma solução que pode até conflitar com o poder de iniciativa de lei.

Por isso venho a esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para dizer que estamos incumbidos inclusive pela presidência de discutirmos com o Judiciário em cima de uma proposta que está nesta Casa, que dispõem sobre as alterações das tabelas da lei que criou o Fundo. Entre elas, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e a forma talvez de podermos minimizar os efeitos da cobrança do 0,02% sobre os atos do registro de custas judiciais, seria a isenção. Determinamos a isenção de algumas ações, Deputado Basílio Zanusso, entre elas, por exemplo, de gerarmos na lei a isenção a imóveis urbanos com área construída inferior a 60m². De darmos isenção ao imóvel destinado ao funcionário com renda limitada. Damos isenção as inovações de hipotecas legais, judiciais e convencionais. Damos isenções as cédulas de crédito rural, e os contratos de penhor rural, quando referentes ao pequeno produtor. Isenção a cédula de crédito industrial, quando relativos Os micro e pequenos empresários. Isenções a julgados e atos jurídicos entre vivos, que dividirem imóveis ou demarcarem. Inclusive, os casos de incorporação. Geramos isenções para loteamentos urbanos e rurais. Quando a escritura nos contratos de compra e venda, cessão ou promessa de cessão, de unidades autônomas ou condominiais a que alude a lei. Isso quer dizer, que num condomínio você registra e paga as taxas apenas sobre um documento do condomínio e não sobre cada unidade desse condomínio. Nas convenções anti-nupciais, porque tínhamos a cobrança inclusive em qualquer convenção de pacto anti-nupcial, tendo que pagar. Então estaria se propondo a isenção nesse momento. Da mesma forma na renovação de contratos de locação de prédios nos atos referentes a usufruto e a uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem do direito de família, desde que os bens não ultrapassem a quarenta mil. E assim por diante, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. O que se pretende e o que nós devemos além de tudo isso, é discutirmos as isenções a serem propostas do Fundo. E mais do que isso, discutir com o Judiciário um teto, temos que estabelecer um teto, limite máximo de recolhimento.

O Sr. Basílio Zanusso

Deputado Caíto, V.Exa. está referindo-se a lei que essa Casa votou criando o Fundo de Reequipamento do Judiciário. E se entendi, as palavras de

V.Exa., diz que nesta Casa está o projeto de lei do Poder Judiciário, alterando valores desta mesma lei. O que para mim é surpresa. Ontem o Deputado Braz Palma, foi a tribuna, V.Exa. estava aqui e ouviu como eu, argumentação daquele ilustre Deputado Maringaense, apresentando da Tribuna a todos nós expedientes, cartas, ofícios de sindicatos patronais de trabalhadores, reclamando pedindo providências da Assembléia para que esta Lei seja alterada, modificada. E V.Exa. falou uma coisa muito importante agora, não há teto, estabeleceu-se 0.2% sobre um valor do título sem teto Senhor Deputado.

Lamentavelmente há de se confessar que essa Casa votou recentemente, inclusive com o meu voto. Não vi, não observei e votei. Há necessidade que se reexamine. Deputado Caíto Quintana, como eu, deve ter recebido manifestações de serventúrios da justiça. Titulares de registro imobiliários, de tabeliões nos telefonando dizendo que não concordam também com os valores da forma como está posto.

Considerando muito oportuna a presença do Deputado Divanir Braz Palma na tribuna ontem e V.Exa. vem agora, parece-me que esse assunto de tamanha importância deve ser discutido entre o Poder Legislativo o Judiciário. Que seja discutido antes até de ser apresentado novamente aqui qualquer projeto alterando a lei vigente.

O Sr. Divanir Braz Palma

A preocupação de toda a Assembléia é fazer essa correção. Hoje pela manhã recebemos um telefonema do Secretário de Justiça José Tavares, que nos dizia que amanhã esta Casa receberá um novo estudo feito pela justiça, dando um novo direcionamento a essas taxas que a própria justiça reconhece que houve excesso. Disse a ele que vamos receber essa sugestão com muita alegria. Estamos aguardando também um parecer jurídico da Dr^a Lídia que é assessora do Líder do Governo. Sugiro, como disse ontem, que façamos uma comissão para estudarmos, debatermos e ouvirmos essas lideranças que estão clamando um novo direcionamento nessas taxas. E, consensualmente sem prejudicarmos o fundo, a reestruturação judiciária e sem prejudicarmos as atividades econômicas possamos corrigir essa lei. E que ela possa ter praticabilidade e entre em funcionamento sem causar transtornos.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

O objetivo seria apenas de comunicar os Senhores Deputados, os estudos que estão sendo feitos nesse sentido. Mas do que isso, tranquilizarmos as pessoas que estão angustiadas com a existência dessa lei. Que terá de haver alterações. Existem, por exemplo, cooperativas que têm entrado em contato

com os Deputados, onde uma cédula de crédito rural, que é muito comum valores muito grandes, devido a grande quantidade de pequenos proprietários que fazem cédula rural e acabam tendo de pagar. Incorporações. Recentemente uma empresa fez uma incorporação de patrimônio com o pagamento de 80 mil reais, de taxa, porque nós não temos teto.

Então eu me valho só por uma coisa, de chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, exatamente neste aspecto que Vossa Excelência.

O Sr. Basílio Zanusso

Deputado Caíto, apenas um instante para aproveitar, para dizer uma outra incidência que também odiosa, que é a incidência em cascata. Paga-se no tabelião ao lavrar a sua escritura, paga-se no registro de imóveis.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Corretamente, embora esteja previsto de que não venha se recolher mais em diversas passagens por órgãos auxiliares da justiça. Como por exemplo, o que citei no início do pronunciamento.

O Sr. Basílio Zanusso

Mas vem sendo cobrado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Vem sendo cobrado. Alguém que compareça num cartório para fazer uma procuração, que lhe permita a transferência de um imóvel pagar na procuração, quando faz a escritura e quando registra a escritura, e vai pagar no registro também.

Isso precisa ser determinado apenas para um desses atos.

Bom, precisa-se chegar a uma solução disso: sim. Temos que discutir, com o Judiciário, para que no momento que isso venha a ser votado, nós tenhamos, inclusive, avaliar outros aspectos de alta indagação constitucional que consta no corpo dessa lei. Da destinação, inclusive, dos recursos do fundo, para órgãos de previdência, por exemplo, de servidores, uma coisa que não é possível.

Então esta participação no dia de hoje tem este objetivo: de dizer que iremos trabalhar nisso Deputado, e claro com todos os Parlamentares. E chamar a atenção que temos também, mais o Projeto 458, que encontra-se aqui que altera a base de cálculo da taxa judiciária e da outra providência. Por que existem instâncias também, de primeiro e segundo grau. Quando se entra na justiça, na taxa judiciária de primeiro grau você está pagando, quando há uma sentença proferida de primeiro grau e você recorre dessa sentença, você vai novamente recolher no segundo grau, que seria nas bases dos tribunais. Este arranjo de toda esta

questão necessitará ser feito com a maior urgência, porque estamos vivendo constantemente períodos de financiamento. Me preocupo com o Crédito Agrícola, com a casa do sistema Nacional de Habitação, que está recolhendo mais do que deve.

Então era isso Senhor Presidente e Senhores Parlamentares para que possamos ter certeza, que estamos atentos e que isso haverá de ser corrigido.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, hoje de manhã participei de importante reunião promovida pela Comissão de Terras e Cartografia desta Casa. Presidida pelo Deputado Nereu Moura, a quem queremos cumprimentar. Acho que esta reunião foi um marco neste momento tão difícil que estamos vivendo, com relação a questão Agrária no Paraná e no Brasil.

Estiveram presentes na reunião representantes de entidades das mais significativas do nosso Estado e do País. Entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através de Dom Ladislau e do Padre Zenildo, a Ordem dos Advogados do Brasil, representada por um dos seus membros o advogado Nilson Ramos, o INCRA, através do seu representante do Estado do Paraná, o Senhor José Carlos, a FETAEP através do seu Presidente, a AFAEP, vários Deputados, esteve presente também o Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, um representante do Ministério Público, e o Ouvidor Agrário Nacional, representando o Governo Federal com relação a essa questão problemática e que trouxe notícias para o nosso Estado. Essa reunião é importante senhor Presidente, porque não podemos aceitar o tipo de polarização que está acontecendo. O Governo do Paraná, através do seu Secretário de Segurança Pública, se manifestou categoricamente de forma clara e transparente a favor do latifúndio e contra a reforma agrária.

Algumas atitudes do Secretário entristece o povo desse Estado, desvaloriza, mancha o Paraná. Não é possível que um Secretário mande grampear telefone dos trabalhadores rurais sem terra e ainda divulgue pela Rede Globo, coisas que não passam de fantasia. Se tivermos a mínima capacidade de reflexão sobre o que estava dito naquelas fitas, não teria sentido. Basta perguntar se até hoje o MST produziu algum atentado contra qualquer proprietário de terra neste país. Nunca aconteceu isso. Basta perguntar se o MST cometeu atentado contra juiz, promotor ou quem quer que seja. Não existe, na história do MST essa experiência e portanto, aquelas questões que foram divulgadas com tanto estardalhaço, não têm nenhum sentido. Há que se perguntar porque o Senhor Secretário, quando set-

ores da sociedade, anti-reforma agrária, ameaçam colocar minas terrestres em suas propriedades, seus telefones não são grampeados. Quando ameaçam criar milícias privadas, quando ameaçam com a morte os agricultores sem terra, não têm seus telefones grampeados e nem divulgado com o estardalhaço que foi esse grampo com relação aos agricultores.

Há claramente uma posição de criminalização do movimento dos trabalhadores sem terra, por parte do governo, do Senhor Secretário e por parte de setores do Governo Federal, sem dúvida nenhuma.

Nesta Casa é montada uma Comissão da qual não participamos e dissemos porque não participamos, repudiamos a Comissão, porque dissemos desde o início que era uma Comissão parcial, já que temos uma Comissão permanente, que é a Comissão de Terras e que teria todas as condições de fazer um relatório com maior imparcialidade, ouvindo as várias partes envolvidas no conflito, não só os proprietários rurais, o MST, a Secretaria de Segurança, a polícia, agricultores, prefeitos, vereadores, como os vereadores de Querência do Norte que, em sua totalidade, assinaram documento contra a forma como ocorreu o despejo.

Nesse momento de parcialidade, de conflito agudo, em que uma parte são os pobres deste país que nada têm, historicamente e secularmente excluídos da terra, todo mundo sabe sobre a questão social da terra...

(Senhor Presidente, uso o Horário da Liderança do PT)

... todos sabem que na nossa história, quando a terra era livre e o homem era prisioneiro, quando se deu liberdade aos homens, a terra foi prisioneira e só poderia adquirir terra a partir daquela data quem tivesse dinheiro. Antes, as terras eram livres para os apaniguados da Coroa Portuguesa e assim por diante.

Todos sabem a história da terra no Brasil, como foram conquistadas, como se produziram os grandes impérios na agricultura brasileira. Todos conhecem a História. Então, essa questão da terra é uma questão histórica. A questão agrária é uma questão que faz parte da História do Brasil, desde Canudos, desde a do Contestado, com as rupturas, o regime autoritário, o Estatuto da Terra. Todo mundo conhece. Então, não adianta querer reduzir a reforma agrária ao preconceito e hoje o que está acontecendo é o preconceito. Quando vejo Deputados chegando aqui e dizendo o seguinte: "Terra tem que ser dada para quem tem tradição agrícola" querendo discriminar os lavradores. Ora, quem conhece minimamente a História do Brasil, sabe que nem um país do mundo teve um processo de urbanização tão violento como o nosso! Um enorme per-

centual de trabalhadores urbanos, há dez anos atrás, estavam na lavoura. Será que só o capital tem direito de fluir?

Hoje é capital industrial, amanhã capital financeiro, depois de amanhã capital agrícola. O banqueiro que resolve virar fazendeiro esse tem tradição, ninguém questiona sua tradição. Ao capital é dada a universalidade; ao agricultor, o preconceito!

A questão agrária a uma questão social. Quem pôde ler o grande economista Celso Furtado na "Folha de São Paulo" neste domingo, ele coloca claramente a necessidade urgente na redistribuição de renda, da incorporação dos cidadãos ao trabalho. E é na terra que um trabalho custa mais barato e a reforma agrária vai redimir nosso país, um país de tanta violência, um país de tanta desigualdade.

Então nesse quadro geral, acho - Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a reunião da Comissão de Terras é um marco, porque se cria uma instância intermediária que passa a entender a reforma agrária como processo social de longa duração no Brasil. Uma instância intermediária entre as entidades em conflito. Dessa instância participam: o MST; a FAEP que representa os pequenos agricultores; a Promotoria Pública; a Associação dos Magistrados; a OAB; a CNBB e esta Comissão passa a ter um caráter permanente em mediar a problemática da questão agrária e o grave conflito que estamos atravessando.

Por isso esta reunião foi um marco, senhor Presidente e Senhores Deputados. E saiu com proposta desta reunião, marcar uma audiência com o Governador Jaime Lerner para discutir a questão do conflito agrário no Paraná. Visitar as áreas que foram objeto de despejo recentemente, fazer uma análise séria do parecer que os Deputados desta Casa produziram, indo até Querência do Norte, uma análise onde possa ser ouvida a outra parte que não foi ouvida por esta Comissão. No caso o MST, Vereadores de Querência, Prefeito e assim por diante para que possamos passar para Imprensa e para o povo do Paraná, uma análise - minimamente - imparcial, do que está acontecendo no nosso Estado.

Por este motivo esta reunião foi muito importante.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Péricles, acho que está na hora da gente começar a responsabilizar o Governo Jaime Lerner por aquilo que não tem feito no Estado do Paraná para evitar a violência. Desde o fato relatado pela "Folha de São Paulo" que a Juíza Elisabeth comemorou com os fazendeiros a retirada de alguns

agricultores sem-terra, comemorou numa churrascaria - Balaio de Frango que o jornal eletrônico chama de Balaio de Gato, e a mesma Juíza que mandou grampear os telefones que foi motivo inclusive de piada com relação ao Governo Jaime Lerner. E o Governo Jaime Lerner, na mesma "Folha de São Paulo", dia 10, responde que não foi informado sobre a escuta. Cabe indagar: Quem é que manda no Governo Jaime Lerner?

Uma nota divulgada pelos jornais de um laudo do Senhor Geraldo José dos Santos, que alegou em seu depoimento à polícia, de que foi algemado, foi torturado, foi espancado. O laudo que o Governo Jaime Lerner apresentou à imprensa é do dia 28, sendo que o laudo médico apresentado pelo MST que não foi divulgado um item, assinado pelo Dr. Mário Celinski, em que comprova ferimentos na costela, atingiu a bexiga do trabalhador rural. Uma sucessão de mentiras que o Governo vem fazendo, entre elas hoje cedo, finalmente veio às claras: das mais de 100 áreas ocupadas pelo Movimento Sem-Terra no Paraná, apenas e tão somente 9 são declaradas produtivas. Das mais de 100 áreas ocupadas no Paraná, apenas e tão somente 9 são declaradas improdutivas, apenas 9!

É vergonhoso, o Estado do Paraná que vem produzindo o que já falei há muito tempo aqui: "violência gratuita", absolutamente gratuitos na violência, e a Comissão de Terras, parabéns, Deputado Nereu Moura, os integrantes da Comissão de Terras, efetivamente como uma comissão que sabe fazer a interlocução; já que o governo não faz, deveremos fazer à luz dos documentos, à luz dos mandados judiciais inclusive, porque tem fazenda em que os trabalhadores rurais foram expulsos sem ter mandado judicial, e temos que verificar isso, porque a parcialidade da justiça parece estar clara, as posições da juíza, talvez possa ser uma posição isolada, mas temos que verificar isso, e a violência gratuita desencadeada pelo Governo do Estado e tentando confundir a opinião pública mostrando fitas grampeadas, mostrando documentos tardiamente produzidos, Imagine num in-quérito policial, os mesmos agentes policiais encaminham, pedem um laudo, evidentemente que esse laudo vai estar de acordo com a intenção de quem manda, efetivamente no profissional, que é ligado à Secretaria de Segurança.

Então, o Governo Jaime Lerner tem que mostrar primeiro se ele de fato manda no Estado do Paraná, e não são seus subalternos, que é um caso aqui e acolá, e efetivamente parar com a violência gratuita fazendo processo de interlocução com os agentes da sociedade e com o MST.

O SR. PÉRICLES MELLO

Obrigado, Deputado Irineu Colombo. Acho que esses dados mostram a importância da comissão, estavam presentes as partes envolvidas no conflito. Ouvimos um relato do Deputado Braz Palma, depois ouvimos a posição do MST. Acho que isso é de extrema importância para que a população paranaense tenha de fato condições de formar uma opinião isenta sobre essa questão tão séria, tão importante para dos destinos do Paraná e do Brasil.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que ficou claro, como disse o Deputado Irineu Colombo, é que o próprio representante do INCRA disse em alto e bom som para todos os presentes, das 106 áreas ocupadas do Paraná, apenas 9 são produtivas, eu repito, é importante repetir mais uma vez, são palavras do Senhor José Carlos, do INCRA, Deputado Braz Palma estava lá, das 106 áreas ocupadas no Paraná, apenas 9, menos de 10% são consideradas produtivas.

Essas palavras não são minhas, são do representante do INCRA na reunião, hoje, uma pessoa de confiança do Governo do Estado, todos sabemos disso, foi ele que colocou.

Apesar disso, 47 áreas têm o pedido de reintegração de posse autorizado e 59 áreas sem o pedido de reintegração de posse. Esses dados são de extrema importância.

Segundo os dados do MST, agora, a situação das áreas e das famílias despejadas a partir de abril de 99, de todas as áreas das 19 fazendas, 3 tinham decreto de desapropriação e foram despejadas, com decreto de desapropriação inclusive, 8 com laudo técnico de improdutivas, 2 envolvidas em tráfico de drogas e 6 sem laudo autorizado, mesmo assim houve despejo violento de todas as famílias.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Encerrado o tempo de Vossa Excelência inclusive do Horário do PT, mais 2 minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. PÉRICLES MELLO

E uma notícia boa para todos nós e para todos que têm interesse na reforma agrária, é que vão ser liberados e o Ouvidor da reforma agrária colocou isso na reunião hoje, 103 milhões de reais em títulos de dívida agrária, para que se faça a desapropriação das terras improdutivas do Estado do Paraná, para que se promova a reforma agrária.

Essa é uma notícia importante, acho que se a comissão intermediar esse processo no conflito grave que acontece no nosso Estado, já que como se diz: todo mundo quer a reforma agrária, acho que através da intermediação da comissão, pressão sobre o Estado, começaremos um processo de reforma agrária no Paraná e teremos pelo menos, um período em que se acabe com a violência e um

corte temporário nesse processo, e por isso acho de extrema importância, Deputado Nereu Moura, e quero cumprimentá-lo, a ação da Comissão de Terras nesse episódio, e a semana que vem vai ser convocado o Secretário de Segurança Pública para vir debater com os membros da Comissão de Terras.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Passo a ler a matéria publicada no Jornal O Estado do Paraná, do dia 13 de junho de 1999, página dois, para que fique registrado aqui nos Anais da Assembléia Legislativa.

“O ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, Domingo, 13 de junho de 1999

SUCESORES QUEBRARAM BANCO

Entre as operações danosas, cita a compra de precatórios de Santa Catarina e Alagoas.

Milton Ivan Heller

O economista Luiz Antonio Fayet contestou ontem o promotor Luiz Fernando Delazari a respeito de gastos irregulares com publicidade e responsabilizou os seus sucessores na direção do Banco do Estado do Paraná pela falência do Banco: “Uma instituição financeira como o BANESTADO lida com fatores intangíveis na velocidade da luz e se juntarmos incompetência e corrupção haverá sempre danos irreparáveis”.

Fayet não quis comentar a série de práticas irregulares através da BANESTADO LEASING e de outros braços do conglomerado que foram denunciadas à Justiça como operações temerárias e fraudulentas. “Só nos resta aguardar o pronunciamento da Justiça, mas não há dúvidas que a aquisição de precatórios de Santa Catarina e Alagoas foi uma operação ruínosa que a meu ver deveria ser investigada pela CPI do Sistema Bancário”. Ex-Deputado Federal eleito pelo PDS em 1983, fundador do PFL, Luiz Antônio Fayet foi presidente do BADEP (Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, extinto no governo Álvaro Dias), diretor de crédito rural e presidente do Banco do Brasil, e Secretário geral do Ministério da Fazenda, atuando anualmente como consultor de empresa. Tem uma biografia que o credencia a analisar criticamente a condução da política econômica do Estado mas prefere abster-se “por enquanto”, embora considere muito estranha a existência de um déficit de R\$4 bilhões e a necessidade admitida todos os dias pelo governo de privatizar a SANEPAR, a COPEL e o BANESTADO para equilibrar o caixa.

Fayet foi presidente do Banco do Estado do Paraná durante onze meses no início do primeiro mandato de Jaime Lerner e disse que em 95 o banco gastou exatos R\$10,9 milhões em publicidade. “Eu estranhei quando o promotor Delazari afirmou que estes gastos naquele ano chegaram a R\$15,3 milhões. Isto não é verdade. Os números podem estar sendo distorcidos pela correção monetária ou qualquer outro fator. Por isso solicitei e o presidente do BANESTADO Reinhold Stephanes autorizou um levantamento de todos os gastos do banco com publicidade durante a minha gestão”. Lembrando que antes de assumir a presidência do BANESTADO ele foi ao Banco Central em companhia de Cássio Taniguchi e do hoje secretário do Planejamento, Miguel Salomão, Fayet explicou que foi estabelecido na ocasião um plano de fortalecimento do banco do Estado do Paraná que estava recorrendo diariamente ao interbancário e pagando juros elevados para zerar o caixa: “A situação era preocupante porque o banco tomava todos os dias cerca de R\$700 milhões de cruzeiros no interbancário, mas eu sabia que ele poderia ser saneado rapidamente porque conheço a sua história e sei das potencialidades econômicas do Paraná. No ano anterior o BANESTADO havia despendido US\$22 milhões em publicidade e isto era um desperdício imperdoável. Fixamos então a meta de R\$15 milhões para 95 e no dia 9 de janeiro de 95 baixei uma circular proibindo qualquer despesa com publicidade até segunda ordem”.

Pendências

Dias depois Fayet verificou que existiam diversas contas pendentes deixadas pela administração anterior do banco, no valor aproximado de R\$2 milhões. “Solicitei ao nosso setor jurídico que classificasse aquelas contas, examinando os aspectos legais e fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas, expondo a situação e solicitando a sua orientação. O Tribunal realizou os exames necessários, autorizou o pagamento e isentou a nossa diretoria de qualquer responsabilidade em relação àquelas contas”.

O Governo do Estado por sua vez obteve parecer prévio do TC aprovando a realização de licitação centralizada para a divulgação de seus atos. Como o BANESTADO teria que entrar com o seu quinhão. Fayet mais uma vez ouviu o corpo jurídico do banco. “Todas as peças de divulgação eram previamente submetidas à aprovação da diretoria e no final do exercício eu mandei um relatório ao Banco Central informando que os gastos com publicidade foram de R\$10,9 milhões, o que correspondia mais ou menos a 70% do previsto. Além disso, na minha gestão o BANESTADO executou rigorosamente tudo o que foi estabelecido com o Banco Central e nenhuma despesa com publicidade foi feita sem

consulta e autorização do Tribunal de Contas. Daí a estranheza que eu recebi o relato do promotor Luiz Fernando Delazari, o que não significa que deixemos de apoiar as suas investigações. Eu sou presidente da Comissão de Defesa da Cidadania no Conselho Regional de Economia e ali nós apoiamos integralmente o Ministério Público. Entendemos que todos os seus procedimentos em defesa do patrimônio público devem ser levados às últimas consequências, doa a quem doer”. Concluindo, Luiz Antônio Fayet explicou que no relatório que enviou ao Banco Central em outubro de 1995 consta um exame detalhado da situação financeira do Banco do Estado do Paraná na época. “Sem dúvida era uma situação confortável, a melhor em relação aos demais bancos públicos do País. Quando eu saí o banco girava cerca de R\$4 bilhões por dia e não precisava sacar um único centavo no interbancário. A Assembléia Legislativa tem este relatório que jamais foi contestado pelo governo ou por ninguém.”

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna mais uma vez para comunicar à Casa que, hoje pela manhã, a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia da Assembléia se reuniu para mais uma explanação, para mais um debate em torno da Mensagem Governamental que está nesta Casa que cria a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Confesso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a expectativa que gera em torno deste Projeto de Lei, a repercussão que ele representa especialmente para o interior do Estado onde está mais adensada a comunidade agrícola, ele gera muita expectativa, mas tenho a certeza absoluta que o debate realizado hoje pela manhã no Plenarinho da Assembléia com a presença do Deputado Cleiton Kielse como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, dos Deputados Edson Praczyk, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Valdir Pugliesi, José Maria Ferreira e Luiz Fernandes Litro. Contamos também com a presença da Assessoria de vários Deputados, do Secretário de Planejamento Miguel Salomão, do Dr. Francisco Lobato, Dra. Yara da Secretaria de Planejamento, do Dr. Gil Polidoro que representou o Presidente da COMEC, do Luiz Anselmo Tourinho da FAEP, do Dr. Raseira representando o IAP, Dr. Sérgio Gutierrez da FETAEP, a Sra. Marta Segai da COPEL, Sr. Nélson Costa da OCEPAR, Sra. Vera Vidal da FIEP, o Senhor Ivo Moreira do Consórcio COBRAP, do Senhor Marcelo Mafrá do Consórcio COPATI, Felipe Braga Pará da

Secretaria de Agricultura, representantes das empresas que utilizam bastante água, empresas que são as que industrializam as bebidas, Vereadores de Piraquara, de Pinhais, Campina Grande do Sul, de Campo Largo, representantes de vários outros segmentos da sociedade, nós tivemos hoje esse debate no Plenarinho da Assembléia Legislativa. E mais uma vez a ampla explanação feita, tanto pelo Secretário Miguel Salomão, como pelos seus técnicos, chegou-se evidentemente a um consenso, pelo menos a priori dos Parlamentares presentes, da importância do projeto, da necessidade do Paraná fazer a sua lei. E eu vou aqui mostrar os Estados que já possuem esta lei de recursos hídricos: Alagoas tem desde 1997, Bahia desde 1995, Ceará criou a sua lei em 1992, o Distrito Federal criou em 1993, o Espírito Santo criou em 1998, Goiás em 97, Maranhão em 97, Mato Grosso em 97, Minas Gerais criou a sua lei agora em 1999, o Pará tem desde 1994, a Paraíba em 1996, Pernambuco tem a sua lei desde 96, Rio Grande do Norte também desde 96, Rio Grande do Sul criou a sua lei em 94, Santa Catarina criou a sua lei 1994 e São Paulo já criou em 1991, e Sergipe em 1997. Estão fora desta política, que ainda não criaram esta lei estadual, se adaptando à Lei Federal os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Paraná, Rondônia, Roraima e Tocantins. Daí porque esta necessidade do Estado do Paraná, que sempre foi um Estado de Vanguarda, que sempre foi pioneiro nas suas iniciativas, também fazer a sua lei, porque essa lei que nós aprovaremos aqui no Plenário da Assembléia, tenho certeza porque já posso sentir a vontade dos Srs. Parlamentares, não é uma lei definitiva, ela ainda depois terá toda a sua regulamentação através dos comitês de bacias hidrográficas que vão ainda esclarecer às comunidades, os usuários de cada bacia, quem será taxado, quem será isentado. Quer dizer, no primeiro momento não haverá essa preocupação de que aprovada a lei agora na Assembléia isso queira dizer que o ano que vem já estará implantada a taxa, muito pelo contrário, isso vai levar três, quatro, cinco anos ainda para que possa ser devidamente regulamentada. Então, por isso quero pedir mais uma vez Sr. Presidente, enaltecendo a presença de um grande número de Parlamentares a essa reunião de hoje pela manhã no Plenarinho, que mais uma vez os Srs. Parlamentares contribuíram para que projeto fosse melhorado, para que dúvidas fossem sanadas e para que alguma dúvida ainda existente, certamente quando da criação dos comitês das bacias hidrográficas, isso será evidentemente colocado em prática. Então, para tranquilizar a Casa e agora ficar na expectativa de que nós possivelmente, nesta semana, ou na semana que vem, aí vai do entendimento da Liderança do Governo com a Presidência

da Assembléia, de colocarmos na Ordem do Dia este Projeto para que se possa já o Paraná ter a sua lei estadual, não correr o risco de ficar de fora do Conselho Nacional das políticas de recursos hídricos e também se ver aí a possibilidade agora nos próximos dias o governo já vai criar a Agência Nacional de Águas e de Bacias Hidrográficas e, conseqüentemente poderá o Governo Federal gerenciar a sua política de recursos hídricos em cima da maioria dos rios, que cortam o nosso Paraná, que são rios nacionais. Fica portanto esse comunicado à Casa, dizendo da importância de mais um debate, para que amanhã não se diga que essa mensagem governamental veio para a Assembléia e foi aprovada a toque de caixa, sem discussão, participação e debate, na Assembléia e da comunidade. Todos tiveram a oportunidade de expressar o seu desejo, vontade e intenção de melhorar o projeto. E tenho certeza que agora o projeto se encontra em totais condições para vir ao Plenário dessa Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas gostaria de solicitar ao Deputado Algaci Tulio, que nos informasse, já que ele fez um levantamento em outros Estados, que a lei já existe, quem é que controla os recursos da receita da água. Porque pretendemos que a Secretaria de Estado e Meio Ambiente controle essa receita. E o que o Deputado Algaci Tulio e a mensagem do governo prevê que a iniciativa privada possa controlar essa receita. É o nosso questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há Questão de Ordem a ser decidida.

Com a palavra, o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Mesa diretiva, nobres pares, a princípio parece que o problema é rotineiro, que o assunto está esgotado, mas na realidade apenas estamos encaminhando com a questão da reforma agrária no Paraná. Nós, como estuário da vontade popular, precisamos continuar debatendo até a exaustão para chegarmos a bom termo, para que essas terras sejam ocupadas por pessoas que realmente queiram trabalhar.

Nós, pela manhã tivemos uma reunião muito profícua na Comissão de Terra. Várias lideranças lá compareceram: A OAB, Pastoral da terra, representantes do governo, Deputados, líderes do MST e muita coisa foi conversada.

Nós, que estamos trabalhando em cima de documentos, vistorias e dados não podemos e não vamos deixar que a paixão, a emoção e palavra de efeito possam fazer com que o nosso raciocínio seja embotado e passamos a aceitar certas teses, que não podem ser defendidas, porque fogem a realidade.

Quero dizer, Sr. Presidente e nobres pares, que um artigo hoje assinado por Cláudio Slavieiro, que é empresário, proprietário rural e vice-presidente da Associação Comercial do Paraná, publicado na Folha do Paraná de hoje. Gostaria de ler, desculpem, um pouco prolixo, mas é preciso que se registre à opinião pública, de homens que fazem o Paraná: empresários que geram empregos, que arcam com a responsabilidade de gerar impostos, para manter esses movimentos, como é o caso do MST.

Então, diz o Cláudio Slavieiro:

(Lê):

“A VERDADEIRA FACE
DOS CONFLITOS NO PARANÁ

Folha de Londrina

Foram com as palavras do título acima que o Sr. José Vicente de Paula, o Vicentinho, referiu-se ao problema fundiário no Paraná e à maneira com que o Governador Jaime Lerner está conduzindo a reforma agrária em nosso Estado, acusando-o de agir com violência e repressão junto aos integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST). Vicentinho disse, ainda, que o governo do Paraná é pura propaganda enganosa, pois os direitos humanos não estão sendo respeitados. Vicentinho foi mais longe, dizendo que denunciaria aos organismos internacionais a verdadeira face dos conflitos no Paraná.

Ora! O Sr. Vicentinho que vá reclamar a quem ele achar que deva. Pode ir ao Bird, à ONU, ao Ministro da Justiça e até ao Papa. O que precisa ser dito é que as recentes ações do governo do Paraná estão corretas e devem ser mantidas. O secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, está agindo com energia e firmeza, fazendo o que já deveria ter sido feito há muito tempo. Se as ações de hoje tivessem sido adotadas há mais tempo, muitos abusos, invasões, violência e torturas conduzidos pelo próprio MST teriam sido evitados.

Está certo o governador Jaime Lerner! A lei tem que ser respeitada. Ele tem que cumprir as reintegrações de posse. Tem que tirar os invasores das áreas invadidas. Tem que desarma-los e prendê-los, quando necessário. Tem que agir com determinação e força para evitar conflitos mais sérios. Não foi com firmeza que o mundo conseguiu acabar com a guerra em Kosovo?

O governo não deve amedrontar-se com ameaças de denúncias vem afrouxar suas ações. Está provado que as ações do MST servem para espalhar violências e intimidação. Vide as fitas gra-

vadas com conversas entre os líderes do movimento, demonstrando o que querem seus integrantes.

Quantas vezes já lemos ou vimos na TV os atos de violência, roubo e vandalismo praticados por membros do MST em áreas invadidas? A invasão já é um ato de violência e eles ainda roubam, matam o gado, acabam com pastagens e plantações derrubam cercas, destroem residências, prendem o proprietário em árvores, torturam, expulsam seus funcionários, quebram tudo, não deixam vacinar o gado, quebram praça de pedágio e liberam a cancela do pedágio nas estradas.

O que é isso? Não é violência? Como os líderes do MST têm coragem de se colocar no lugar de vítimas, denunciando violência e tortura?

Esta sim, é a verdadeira face da violência no Paraná, a praticada pelo MST. E isso tem que acabar!

Está certo o governador. Chega de brincadeiras! Não podemos nos calar diante desses abusos praticados por baderneiros. O aspecto social do MST há muito deixou de existir. O MST transformou-se em um movimento político e covarde, pois não mostra sua verdadeira face, escondendo-se atrás de famílias pobres e manipuladas. Na verdade, é um movimento revolucionário armado até os dentes, esperando apenas a hora de desestabilizar o poder constituído.

Todos nós precisamos que o governo acerte em sua política econômica para minimizar os problemas econômicos e sociais. Os micro e pequenos empresários precisam de linha de crédito e financiamentos para conduzir seus negócios. Os agricultores se ressentem de condições para gerir bem suas propriedades. Enfim, a saúde, a educação, a segurança carecem de ajuda. Mas nem por isso saímos assaltando bancos, saqueando cooperativas e invadindo propriedades para que nossas reivindicações sejam atendidas. A crise é geral! Mas temos que trabalhar e exigir do governo esforços para a melhoria da condição econômica, tudo dentro das leis. Afinal, as leis existem e têm de ser cumpridas por todos.

O governo no Paraná já implantou 190 assentamentos com mais de 11 mil famílias assentadas. O governo FHC foi o governo que mais assentou famílias. O projeto das Vilas Rurais, implantado no Paraná, é um bom exemplo de como se pode assentar famílias com menores custos e como a reforma agrária pode dar certo. Já é um grande passo para solucionar o problema fundiário no Paraná.

Mas isso não vai acontecer da noite para o dia. O governo também ressent-se da falta de recursos que deveriam ser repassados ao Ministério da Reforma Agrária e ao Incra. Mesmo assim, a reforma agrária é uma realidade em nosso país e está sendo implementada dentro do possível.

Um problema que está afetando o campo e exige uma ação imediata do governa é a indústria das reclamatórias trabalhistas. O desemprego está aumentando no campo, deixando trabalhadores rurais sem terra para trabalhar, porque não se está empregando ou contratando empreitada, porque a atual legislação trabalhista é totalmente contrária ao proprietário rural, que ainda é visto como o eterno explorador.

O empregador rural que está sendo dispensado é orientado a recorrer à Justiça com pedidos absurdos. Presenciei uma audiência na qual um trabalhador afirmou perante o juiz que era obrigado a trabalhar todas as sextas-feiras Santas, "mesmo quando ela caía na quarta-feira. Não existe sexta-feira que caia na quarta-feira, mas a reclamatória foi aceita. E o ônus da defesa recai sempre sobre o proprietário, que tem que provar que sexta não é quarta. isso tem que acabar!

Sendo assim, tomo a liberdade de apresentar algumas sugestões que podem colocar o Brasil no caminho da solução para o problema no campo: a lei deve ser sempre respeitada e as reintegrações de posse, cumpridas, toda nova invasão deve ser ostensivamente coibida; após vistoriadas, todas as terras improdutivas devem ser desapropriadas; somente as famílias inscritas devem ser assentadas; invasor não deve ter direito à posse; o governo deve alocar recursos para garantir assistência aos assentados; e programas alternativos, como da Vila Rural devem ser intensificados.

CLÁUDIO SLAVIERO: É empresário, proprietário rural e vice-presidente da Associação Comercial do Paraná, em Curitiba."

Senhor Presidente, nobres Pares, a reunião hoje pela manhã, tem um detalhe importante que deve ser registrado nesta Casa. Nós tivemos a presença aqui do Desembargador Gercino José da Silva Filho, que é um Ouvidor Agrário Nacional, está diretamente ligado ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Política Fundiária. ele esteve aqui com uma notícia fantástica; Vejam os Senhores que estamos no caminho certo. A Reforma Agrária está saindo do papel e do discurso indo para a sua prática, a sua realização. Veio aqui o Desembargador Gercino e nos adiantou para também o Sr. José Carlos que é o atual Presidente do INCRA, que aliás está há trinta dias somente. Os 53 milhões do Orçamento estão garantidos em TDAs, e mais 53 milhões de reforço de TDAs, foram trazidas hoje pelo Desembargador Gercino. Então um total de 103 milhões de reais em TDAs. Dinheiro esse que será aplicado para aquisição de terras, terras improdutivas e serão distribuídas para mais de quatro mil famílias, que vão receber essas terras, tornando a Reforma Agrária a realidade no Paraná. É assim que se faz, é

trabalhando dentro da lei, do direito e da justiça. Nós acreditamos no momento do MST, mas desde que seja ordeiro e dentro da lei.

Estamos com certeza fazendo a nossa parte.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer um pronunciamento que eu acho de extrema importância, principalmente valendo-me do conhecimento que V.Exas. têm quanto a minha pessoa. Tenho procurado ao longo da minha vida pública o equilíbrio, o não ao radicalismo, a busca ao bom senso. Vale dizer que não sou Latifundiário, não sou fazendeiro e não pertencço a nenhuma entidade ruralista. Mas muito a propósito do pronunciamento feito na Tribuna desta Casa, a semana passada pelo eminente Deputado Angelo Vanhoni, trazemos hoje o nosso ponto de vista sob o tema enfocado por S.Exa.

(Lê):

"O Paraná tem sido tradicionalmente, um Estado de paz na cidade e no campo. Graças ao espírito laborioso de sua gente e à qualidade de seus governantes, desde o ciclo de povoamento os paranaenses se destacam no cenário nacional por uma conduta moderada e ordeira, rejeitando o extremismo de soluções radicais ou a turbulência de milícias messiânicas.

Nos momentos graves da vida brasileira sempre se pode ouvir a voz equilibrada das lideranças do Paraná, ao expressar o comportamento prudente de sua opinião pública, aplicada em construir pontes de consenso próprias de uma convivência civilizada e harmoniosa.

PRELIMINARES DA QUESTÃO

Contudo nosso povo passou a se ressentir, ultimamente de certa ocorrências que destoam de nosso "ethos" cultural voltado para a busca de soluções não conflitivas e pacíficas. Trata-se da tentativa de ideologizar a questão agrária, a partir de influências advindas de fora, por radicalismos milenaristas cultores de teorias ultrapassadas, que a evolução social atirou na lata de lixo da História.

Como preliminar, todos os cidadãos de bom senso defendemos o aproveitamento econômico e social do vasto território que herdamos de nossos antepassados - desbravadores vigorosos e destemidos que enfrentam os perigos do sertão e plantaram em numerosas cidades, vilas, fazendas e sítios as sementes do progresso, a partir do cultivo do solo,

da criação do gado, das indústrias e das oficinas rurais - tudo à custa de muito trabalho, sacrifício e renúncia às amenidades da civilização deixada para trás. Esta saga de ligação do homem com a terra que marcou o processo de expansão territorial da antiga colônia lusitana nas Américas para muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas - continua sendo escrita naqueles rincões ainda pouco habitados do Brasil, especialmente no Setentrião Amazônico onde a Natureza contempla o ser humano tal qual no primeiro dia da Criação Bíblica.

No Paraná, originalmente região de passagem situada no grande eixo de ligação das porções centrais com o Sul - a "Terra dos Caminhos" de que falava Ericksen Pereira - o ciclo de povoamento já se completou, alcançando os limites geográficos de um Estado territorialmente pequeno (menos de 200 mil quilômetros quadrados) e alcançando mesmo a fronteira agrícola no centro do Estado.

Hoje em dia essa fronteira teórica do ciclo de atividade agropastoril paranaense se manifesta sobretudo pelo adensamento das explorações, introdução de novas e mais eficientes técnicas agrícolas e pecuárias: e no geral, integração da cadeia produtiva com a agroindústria, o agroturismo, etc-tudo sob o enfoque de conservação sustentada do patrimônio ambiental comum.

Por isso, causou perplexidade aos paranaenses de raiz e de boa índole que aqui se radicaram, o deflagrar de ações radicais de disputa da terra, por parte de grupos e facções conduzidas de fora do Paraná.

Após inúmeras invasões de propriedades produtivas, com abusos e violência, a sociedade reclamou a defesa de seus direitos, levando o Poder Judiciário a decretar a reintegração de posse de empresas agrícolas situadas sobretudo na Região Noroeste do Estado do Paraná.

Cumpridas tais ordens legais, levantaram-se acusações de procedimento abusivo por parte das autoridades policiais do Estado, o que ensejou a formação de uma Comissão Especial desta Assembléia para proceder à inspeção local das propriedades desocupadas.

Tal inspeção e os documentos que foram colhidos pela comissão suprapartidária, em fase de apresentação a esta Casa, trazem a confirmação de que ocorreram danos às propriedades, numa escala ampla e generalizada, evidenciando que a área em tela foi vitimada por um processo devastador de violação da ordem legal, executada por pretensos reivindicantes da terra, acobertados por movimentos e lideranças que à margem da lei e do Estado de direito.

Ainda pior, aqueles elementos se expressaram e vêm se comportando, desde o início, com atitudes que rejeitam a vida civilizada sob o governo de leis

sem a qual a sociedade humana fatalmente resvala para o caos e a desordem.

Assim, quando intimados a responder pelo desvio de gado e de bens das propriedades ocupadas, os pretensos líderes se houveram com manifesto descaso, desacatando as advertências da magistrada que presidia o feito, o que levou à decretação de suas prisões temporárias, nos estritos limites da legislação processual penal.

Inconformados com essa medida, tais e outros chefes da facção radical se puseram a tramar contra a integridade física dos magistrados e a incolumidade dos agentes da lei e edifícios públicos da área Noroeste, numa flagrante demonstração de crime continuado.

Isso acumulado com outras ilegalidades cometidas por esses adeptos da anarquia no meio rural: ano passado assassinaram um segurança da fazenda Borborema, no Município de Tamarana, região de Londrina, depois, seus chefes tentaram invadir a terra dos índios, acabando expulsos e um deles morto pelos nativos daquela reserva do Norte paranaense; e, seguida foram flagrados subtraindo gado da fazenda "Sete Mil", na região de Ivaiporã - onde pretendiam impedir a operação de saúde pública de vacinação em massa dos rebanhos contra a febre aftosa.

Por último, dia 11, chega o registro de que à ordem dos chefes, foi assassinado o lavrador sem terra João Cavaleiro, na invasão da Fazenda Ingá, em Bela Vista do Paraíso.

A morte ocorreu há cerca de um mês, mas só veio à tona - registra a imprensa - depois que a mulher da vítima conseguiu escapar para contar às autoridades a tragédia que afetou sua família.

Revolucionários potenciais.

Senhores:

Isso demonstra que o movimento radical que chegou ao Paraná intenta promover sua justiça privada nos territórios ditos liberados, na mais perfeita imitação dos procedimentos revolucionários de todos os tempos.

Porque o princípio fundamental da organização do Estado é monopólio da aplicação da ordem no território reivindicado, com exclusão de qualquer outro poder.

Nessa linha, doutrina Mário Stoppino, da Universidade de Pávia, "a autoridade é o poder legítimo", e a primeira tarefa dos adeptos de uma ordem revolucionária é rejeitar tal autoridade negando-lhe legitimidade.

A sistemática pré-revolucionária - ensina o professor Márcio Cambraia, da Universidade de Brasília - é tentar um processo de desgaste da legitimidade, rejeitando o consenso existente em torno

dos governos, sobretudo do braço da autoridade pública simbolizado nas forças de segurança e na justiça.

Ora, senhores, não foi outro o procedimento dos corifeus do movimento das “lonas pretas”, quando se investiu contra a respeitabilidade do poder Judiciário, com o pretexto de alcançar a jurisdição da Senhora Juíza da Comarca de Loanda - Dra. Elisabeth Kather uma das respeitadas magistradas estaduais do Paraná; quando se questionou a aplicação jurisdicional da força pública no cumprimento da lei; quando se discutiu a questão comezinha da hora em que o Sol nasce nestas manhãs de outono - quando é certo que a madrugada escura se prolonga para além das sete horas matinais conquanto já seja dia para todos os efeitos.

A propósito, e para não haver dúvida, no dia do discurso aqui contestado, 09 de junho - o sol nasceu, na região Norte paranaense, às 7 horas e um minuto da manhã.

O que não podemos aceitar, nem a sociedade tolera é a invasão sistemática de propriedades declaradas produtivas pela autarquia federal competente - o INCRA - por parte de bandos que violam a lei, praticam esbulho, ameaçam pessoas, sequestram e seviciam produtores e seus empregados, roubam bens, devastam a natureza e usam instrumentos agrícolas como armas brancas, como se parrassem acima da lei; grupos tais que, invertendo os valores jurídicos a que todos estamos sujeitos, invocam seus “direitos humanos”, de continuar afrontando a ordem democrática com ações paramilitares de ocupação de supostos territórios liberados, tentativa de confundir democratas sinceros e a opinião pública.

E depois, vêm a público proclamar que “no Paraná há caminho que leva ao terror no campo”, exibindo cartazes vexaminosos e editando publicações sem credibilidade.

Seus atos e manifestações são teatrais, evocativas das revoluções - segundo A.S. Cohan.

Desta forma, quando os “lonas pretas” ganham espaço na mídia, cuidam logo de condenar a atuação das autoridades, de juízes à polícia.

Querem que a “polícia não se envolva” nas suas manifestações, invasões, violências...

Ora, senhores, a polícia “não se envolve” gratuitamente nas situações sociais; ela cumpre o papel institucional de preservar a ordem pública sob o imperativo da lei.

A propósito, os promotores do movimento de “lonas pretas”, que no Paraná denunciam supostas violências da Polícia Estadual ao Ministério Público são os mesmos que em outros Estados acabam de invadir uma fazenda e seqüestrar seus empregados, bloqueando até a entrada da polícia civil, como ocorreu no Pará no último fim de semana.

Ou que, no Recife, Pernambuco, acabam de ocupar o prédio regional do INCRA, bloqueando os portões com cadeados e mantendo os servidores em regime de caráter privado.

Ainda agora se observam ações de confronto com a polícia, de ocupação de prédios públicos, de bloqueio de rodovias e desvio de caminhões de carga em vários pontos do país por esses mesmos que aqui no Paraná gritam pela ordem, fazendo lembrar aqueles revolucionários franceses que clamavam a suspensão do governo de leis porque “a legalidade nos mata”.

Entender o contrário seria permitir que tais movimentos radicais, fortemente politizados e ostentados uma matriz ideológica típica dos anos 50, tomassem a lei nas mãos para praticar a justiça deles - a “justiça revolucionária” das expropriações e da violência de facção.

A atuação da autoridade pública funda-se no princípio da legalidade que admite, segundo Norberto Bobbio, “o exercício discricionário do poder”.

Tal poder extrai sua legitimidade do “Governo das Leis”, que é o veio condutor da evolução humana desde os antigos gregos.

Max Weber, o pensador alemão, ajunta que “no caso do Poder legal, o cidadão obedece à ordenação impessoal, estabelecida legalmente, e aos indivíduos por ela indicados, em virtude da legalidade formal das prescrições” do Estado.

E como referiu um eminente deputado federal pelo Paraná, não se pode aceitar - sob risco de caos político - que a lei seja desrespeitada porque uma facção a rejeita.

Na democracia a mudança das leis deve seguir um rito próprio, através do voto que consiga eleger maiorias parlamentares adequadas. Jamais pela violência, pela pressão das ruas, pelas manifestações revolucionárias de minorias inconformadas.

Se existe ameaça de terror foi trazida de fora para conturbar a vida ordeira dos paranaenses; se há gente vestida com a farda maculada dos defensores da violência é o pessoal que empunha as bandeiras anacrônicas da luta armada e do desprezo à Democracia.

Essa tentativa de implantação dos caos, observada no Noroeste do Paraná, deve-se ao verdadeiro furacão desencadeado por reivindicantes que em parte nunca tinha trabalhado antes na terra, possuindo hábitos culturais urbanos, arrebanhados sob falsas promessas de pretensas lideranças, estas sim as verdadeiras beneficiárias da agitação que se desenrolava sob o olhar passivo das autoridades e da opinião pública.

Tais supostas lideranças, quando logram tanger aqueles grupos em forma de bando para a ocupação de propriedades produtivas, se locuple-

tam à plenitude, porque delas é o melhor pedaço de terra, as melhores máquinas e viaturas, e o crédito subsidiado pela generosidade dos governos.

Norberto Bobbio, o já citado mestre italiano da Filosofia do Direito, preceituou que a sustentação da Democracia reside na estrita observância das "regras do jogo", ou teoria dos limites dentro dos quais pode evoluir cada cidadão - sob pena de comprometer o funcionamento de modo civilizado do conjunto social.

Se um indivíduo se escusar do cumprimento de tais padrões, a idéia prevalece nas nações civilizadas é que ele seja levado às barras dos tribunais e sancionado na medida em que violou o estatuto de convivência social aprovado pela maioria. Tolerar o contrário seria dissolver o pacto fundamental, devolvendo cada membro da humanidade à nefasta anomia do estado de barbárie primitiva - como advertiu Thomas Hobbes.

Por isso a segurança pública é vista, no mundo civilizado, como tarefa do Estado e da sociedade. Participando de recente seminário organizado pela Fundação Konrad Adenauer, em Belo Horizonte, o secretário nacional de Direitos Humanos, Dr. José Gregori, sublinhou a relevância que o Governo Brasileiro confere à proteção da ordem democrática interna, a ponto de propor "mudança no tratamento imposto à questão do porte de armas - que deixou de ser considerado apenas uma contra vensão punida com multa - para se tornar um crime, com pena condizente" de reclusão em regime fechado.

Mais recentemente o Governo Federal propôs a inteira proibição da compra e uso de armas de fogo.

Se as leis prevêm a punição do simples cidadão que isoladamente viola a ordem pública, como tolerar que grupos de indivíduos armados promovam invasões com a pessoas e seus bens, se organizem em bandos de base interestadual, busquem intimidar as autoridades, numa ação manifesta de violação da ordem legal? Foi o que comprovadamente ocorreu em inúmeras situações no Noroeste do Paraná; cumprindo agora que as autoridades competentes da Segurança, do Ministério Público e da Justiça, exercitem o seu direito - dever de investigar-lhes a conduta irregular, promover-lhes a responsabilidade e impor-lhes as sanções que as leis prescrevem.

A propósito, se uma organização ou entidade assume deliberadamente uma conduta anti-social, o Estado de Direito democrático dispõe de medidas acauteladoras - inscritas no capítulo de direitos e garantias da Constituição Brasileira vigente (artigo 5, alíneas 17 e 19) - recomendando-se o exame de sua aplicação no caso presente, antes que venhamos a nos arrepender no futuro, pela desenvoltura de

grupos de estrutura paramilitar e índole revolucionária, a contestarem nossa penosa evolução para o pluralismo democrático.

Que Reforma agrária?

A forma de exploração da terra enfrenta dificuldades de uniformização em todo o mundo, por causa da complexidade das situações econômicas e sociais. A demanda de terra por parte da população rural é limitada pelos recursos que a sociedade, através do poder público, pode alocar via orçamento para essa redistribuição - explica Pierre George em sua obra "Geografia rural".

Isso porque a terra nua é apenas uma força virtual de produção, envolvendo investimento de capitais para compra de equipamentos, construção de instalações, cobertura dos gastos de manutenção do assentado e assim por diante.

Por isso tais reformas "não podem ser consideradas como totais e portadoras de uma solução mesmo a médio prazo", ajunta Jean Le Coz, outro estudioso francês dos problemas agrários.

Essa busca de soluções alternativas e diferentes lugares envolve esforços de promoção de cooperativas de produção que agreguem escala e poder de negociação aos pequenos produtores, sustentação da agricultura familiar e, desde os primórdios de nossa História - a colonização de terras novas, situadas na fronteira da expansão agrícola.

Como reconhece o professor francês Pierre George, a reforma agrária via desapropriação de estabelecimentos já consolidados se torna proibitiva para o orçamento de uma nação - além de não esgotar as alternativas de solução.

É por isso que o Governo brasileiro, em boa hora, introduziu a figura da compra de terras por negociação, com financiamento do Banco da Terra.

Mas o movimento dos lonas pretas e seus mentores político-partidários rejeitaram essa solução, com o expediente simplista de taxá-la de "neoliberal" - mesmo quando formulada por um ministro, o Sr. Raul Jungmann, de origem marxista. É que esse pessoal não quer saber de solução agrária - deseja e privilegia o conflito, a dissidência, a ocupação de terras produtivas.

Nova realidade agrária.

Senhores,

Fora do primarismo ideológico a que alguns querem reduzir a questão agrária nacional, é evidente que precisamos apoiar soluções pluralistas e modernas.

Assim, o elemento principal do sucesso de uma exploração agroindustrial, hoje, não é a terra que sobra e não tem preço, após as sucessivas

“âncoras” econômicas a que se sujeitou. Para explorar um estabelecimento agropastoril de forma competitiva é preciso capital para implantação de técnicas modernas, construção de instalações mecanizadas, adoção de redes de infra-estrutura de transporte, comunicações, energia, água, etc; além de permanente capacitação dos elementos humanos envolvidos.

Ademais, o desenvolvimento e a integração dos povos abrem inúmeras oportunidades para o emprego rural de natureza não agrícola: o turismo rural, ecológico, histórico, as ocupações de extensão, serviços e outras. Na realidade estamos refazendo o tecido social entrevisto nas “Raízes do Brasil” por Sérgio Buarque de Holanda, de modo que a área urbana e a rural se integram num padrão de continuidade e complementação que vai aos poucos abolindo a tradicional dicotomia cidade-campo do nosso período formativo.

Até por isso, cumpre desconsiderarmos as tentativas de politizar a questão da terra, especialmente no Paraná.

Porque, se a propriedade deve cumprir função social, ela atende tal critério quando empenhada na produção de alimentos, na geração de emprego, na dinamização da economia. E a mesma Constituição que dita o preceito anterior, também assegura o direito de propriedade - aliás com a maior amplitude - porque direito básico, assentado nas fontes da nossa civilização grego-romana há mais de dois milênios.

Além do que, o fim do nosso milênio trouxe novas realidades ao espaço rural, objeto de pesquisa inclusive no Brasil. Recentemente os professores José Graziano e Rodolfo Holman demonstraram que “transformações sociais e econômicas da vida no campo nas últimas décadas” levaram à “diminuição da oferta de emprego tradicional na agropecuária mas ao crescimento das atividades não agrícolas”.

Enquanto o número de pessoas empregadas no setor agrícola caiu, entre 1992 e 95, de 5 milhões para 4,7 milhões, o número de pessoas ocupadas em atividades rurais não agrícolas cresceu à taxa de 3,5%.

Quais são essas tarefas? São os serviços de transporte, comércio e turismo, construção, indústria, etc. “Mais de 550 mil pessoas residentes no meio rural encontraram ocupação em atividades não-agrícolas nesta primeira metade dos anos 90”, refere José Graziano, ao estudar “O Novo Rural Brasileiro”.

E diga-se de passagem, trata-se de atividades até mais rentáveis do que o plantio de grãos ou a criação de gado; ocupando gente qualificada e promissora.

O que a agricultura brasileira precisa, para completar seu processo de modernização, é atenção da sociedade e dos governos. Trata-se, segundo o pesquisador Marcelino de Souza, de adotar “políticas de urbanização do meio rural”, oferecendo serviços públicos de qualidade, expansão dos serviços básicos de saúde e educação, criação de frentes de trabalho quando escasseiam as lides agrícolas e assim por diante”.

Alguém declarou que devemos, antes de cogitar de reforma agrária, de configurar a “forma agrária” - isto é, o perfil geográfico agrícola que queremos para o Brasil.

Atuação do Estado

Doutro lado, o Estado do Paraná possui um histórico invejável de atuação conjunta com a União na ratificação de titulações na faixa de fronteira, conforme convênio celebrado já em 1979 entre o órgão de terras estadual e o INCRA, que resultou no lançamento de um projeto específico - o PRO-FRONTIERA - e possibilitou a regularização definitiva de mais de 30 mil títulos de propriedade para famílias de agricultores das regiões Noroeste, Oeste e Sudoeste paranaenses.

Anteriormente, ainda, na década de 60, o conflito decorrente da ocupação das terras do Sudoeste paranaense foi superado pela operação de outro conjunto - o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), que contou com a participação de técnicos estaduais, federais e das Forças Armadas, possibilitando a pacificação de vasta área do território paranaense, onde os lotes foram demarcados, titulados, foram abertas estradas, fornecidos implementos agrícolas e prestada assistência técnica; tudo indicando um histórico de proveitosa colaboração na regularização fundiária no Estado do Paraná.

Não obstante e, no caso do Paraná como exceção, quando identificadas áreas remanescentes de terras devolutas ainda existentes e passíveis de ser colocadas em produção ou glebas eventualmente improdutivas ou, mediante aquisição por mecanismos de mercado ou solução social, tais lotes podem e devem ser discriminados para assentamento criterioso de pessoas de comprovada tradição agrícola, oriundas das regiões onde se localizam as propriedades, selecionadas após cadastramento feito com a participação das autoridades municipais interessadas - enfim, uma reforma agrária regionalizada.

Esse embrião de solução já existe, com a Lei de regionalização da reforma agrária - Lei nº 12.116 - a chamada “Lei Anibal Khury”, com seu primeiro projeto em implantação no Município de Iretama, no Centro-Noroeste paranaense.

Para viabilizar tal esforço sério, responsável e lastreado nos valores históricos da tolerância e da cordialidade que informam nossa gente, propomos a organização da sociedade para compor fundos de financiamento da terra, ao tempo em que reclame da União os fundos fundiários hábeis para sustentar via Banco da Terra, a condução de projetos localizados de assentamento - a exemplo do que pioneiramente está sendo realizado no Município de Iretama, no Centro-Noroeste paranaense.

A propósito, o Governo do Senhor Jaime Lerner tem sido pioneiro na busca de soluções deste nível: estão aí as mais de 400 vilas rurais, espalhadas por todo o espaço territorial do Estado. Em resumo, os projetos fundiários desenvolvidos no Paraná, a cargo da administração estadual, são os seguintes:

PROJETOS FUNDIÁRIOS DESENVOLVIDOS NO PARANÁ

1997

O Governo do Estado cria a Assessoria Especial para Assuntos Fundiários, vinculada à Casa Civil, demonstrando a preocupação do Governador Jaime Lerner com o crescimento dos conflitos no campo. Foi nomeado como assessor especial José Carlos de Araújo Vieira, que tem longa experiência em cargos públicos ligados à terra. A assessoria passou a atuar no processo de reforma agrária no Estado e na intermediação dos conflitos, negociando a desocupação espontânea das áreas invadidas.

1998

Foram feitas 89 desapropriações de terras no Paraná, com o assentamento de 4 mil famílias, numa área de 74 mil hectares.

1999

De janeiro a maio, foram assentadas 189 famílias no Estado, numa área de 4 mil hectares. Quatro processos de desapropriação tramitam em Brasília.

TOTAL

O Paraná tem no total 190 assentamentos instalados, numa área de 239 mil hectares, onde vivem 11 mil famílias. O INCRA no Paraná estima que a demanda por terras no Estado envolve 6 mil famílias. Para os novos assentamentos, seriam necessários entre 70 e 100 áreas.

O Governador Jaime Lerner está pedindo mais recursos para a reforma agrária no Estado, lembrando ao Governo Federal que o assentamento de famílias não significa apenas a entrega de terras, mas também a instalação de infra-estrutura nas áreas desapropriadas. O repasse de recursos está lento em todo o País. Dos R\$99,9 milhões do Pro-

grama Especial de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA), apenas R\$7 milhões foram liberados.

O Paraná assinou convênio com o Governo Federal para descentralização da reforma agrária. A princípio, viriam R\$9 milhões para o Estado. Com a descentralização, haverá uma contrapartida do Governo do Estado, de 25% do total de recursos que serão alocados pelo Governo Federal para a reforma agrária. Pelas novas regras, o Estado poderá participar, junto com o INCRA e as Prefeituras, da seleção de áreas, cadastramento e assentamento de famílias.

Por conclusão

Esse mesmo Governo e seu Governador, amparado por decisões judiciais legítimas e fundamentadas, está respondendo ao clamor geral da opinião pública e tomando medidas para rechaçar os oportunismos e ações ilegais alimentados de fora por radicalismos que repugnam ao "ethos" ordeiro e pacífico dos brasileiros que aqui vivem.

Por oportuno, como delegados majoritários da vontade soberana do povo paranaense, rejeitamos a crítica às autoridades estaduais que se limitaram - no caso das desocupações de propriedades rurais amparadas por medidas judiciais de reintegração de posse - ao cumprimento do estrito dever legal; cabendo em vez de censura facciosa e partidária de partidos minoritários - porque não foram tornados majoritários por expressa decisão do povo nas urnas a reiteração pelo plenário, do mais irrestrito apoio ao Governador Jaime Lerner, pela execução serena e firme das providências a seu cargo por força de suas elevadas funções, e do juramento constitucional que prestou ao ser empossado nesta Casa, no cumprimento da lei e garantia da ordem legal.

Senhores, ouvimos a defesa da negociação como caminho desta Assembléia Legislativa, no exercício da vocação dos Parlamentos de atuarem como câmara de ressonância da opinião e de arbitramento das questões importantes para a vida social.

Mas, o diálogo político não pode sancionar a violência privada - e violência ocorre quando uma facção toma a lei nas mãos, cometendo a ilegalidade primeva da ocupação de terras alheias, sob argumentos que - analisamos - não resistem ao crivo do senso comum e da legalidade.

De fato, não é lícito nem moral qualquer omissão, qualquer acomodação desta Assembléia Legislativa - incluindo-se dentre elas a pungente questão agrária.

Mas, não devemos confundi-la com a desordem, com a invasão de propriedades privadas, mormente de propriedades produtivas, em plena

realização de sua função social. Não a confundamos com a violência, a pilhagem, o vandalismo; nem com movimentos de fundo ideológico, para militar e revolucionário, que ferem fundo o inalienável direito de propriedade, um dos pilares fundamentais da democracia e fruto espontâneo da ordem natural.

A propósito, revela alertando, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Martins de Oliveira, em recente publicação na imprensa paranaense, haver fartos indícios de práticas subversivas, exercício para uso de armas, inclusive treinamento de guerrilhas.

Somos todos concordes, sim, da necessidade de transformações substantivas na estrutura agrária e relações no campo: uma reforma agrária, inserida em amplo projeto de política agrária, fruto de uma sadia reação do bom senso, sem rótulos, sem clichês retrógrados e vestigiais das siglas do passado.

Cabe-nos aos homens públicos e governos, tirá-la do papel, dos discursos oportunistas, das promessas do populismo inconseqüente e implantá-la com urgência, uma política agrária com apoio e estímulo aos produtores rurais, mormente aos pequenos e médios produtores; inclusive contemplando com terras devolutas ou improdutivas, agricultores sem-terra, aqueles vocacionados para o trabalho fecundo no campo.

Assim a desejamos, urgente, conseqüente e que - para ser legítima - deve vir de acordo com nossas tradições pacíficas e ordeiras; por isso, capaz de trazer autêntica modernização e crescente progresso ao Brasil rural e ao Paraná do interior.

Muito obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Horário das Lideranças: PL, PSDB, PFL, PSB, PPB, PSC, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni na Liderança do PDT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero agradecer a gentileza do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, por ceder o Horário da Liderança, para que pudesse fazer o uso da palavra.

Quero dizer ao Deputado Nelson Justus, que fiquei emocionado com o seu discurso. E de certa maneira não estou muito convicto de que o senhor pense tal igual o que o senhor leu ali na Tribuna. Mas em outra ocasião poderemos conversar a respeito desse seu discurso.

A outra questão que me traz aqui, Senhor Presidente, é a reunião que tivemos ontem no Banco do Estado do Paraná. Estiveram presentes na

reunião os Deputados: Valdir Rossoni, Marcos Isfer, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Miltinho Puppio e Traiano. Lá, fiquei surpreso pelas questões reveladas pelo presidente do Banco do Estado. O Banco do Estado já recebeu dois bilhões e seiscentos milhões de reais - está completamente saneado e não há mais problemas financeiros dentro do banco. O banco está desempenhando suas atividades de uma maneira normal. Pela nossa surpresa nos dados que a Presidência nos apresentou, houve um crescimento de depósito no banco, nos últimos noventa dias na ordem de 18%. O banco passa a recuperar a sua credibilidade e atuar no mercado, no Estado do Paraná, com a capacidade e credibilidade que sempre teve.

Segundo dados que o presidente revela, o Banco do Estado deverá ser privatizado em janeiro, fevereiro ou março do ano 2.000. O patrimônio líquido do banco já está orçado, hoje, perto de 420 milhões de reais. A outra remessa de recursos, perto de dois bilhões de reais - estão sendo esperados para serem repassados ao Governo do Estado e ao Banco do Estado nos próximos 60 a 90 dias.

Está em trânsito no Banco Central a documentação da carteira de fomento, que é o antigo FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, na ordem de um bilhão e seiscentos milhões e que estão aí apensados a outros valores, como os precatórios comprados pelo Banco do Estado perto de trezentos milhões.

Os números demonstram de que aquela exposição que fizemos, de que para sanar o Banco do Estado eram necessários perto de dois bi e quatrocentos, dois bi e trezentos eram números verdadeiros. O Governo do Estado, todos sabemos, utilizou o FDE para financiar a RENAULT, obras no interior do Estado, para dar dinheiro para multinacionais e quem vai pagar isso agora é a falência do Banco do Estado em empréstimo de quatro bilhões, que toda a população do Estado do Paraná vai pagar.

O banco sendo orçado, seu patrimônio na ordem de 400, 420 milhões - o presidente do banco também revela que o BANESTADO tem perto de 300 milhões de reais, só de crédito tributário. Isso significa o seguinte: que a exemplo do que aconteceu no resto do Brasil com a privatização de alguns bancos públicos, o ITAÚ ao comprar o BANERJ e o BEMGE, de Minas Gerais, se utilizou apenas dos créditos tributários que esses bancos públicos tinham para aumentar o seu balanço e capital. A Rede do BEMGE e do BANERJ, com o passar do tempo foram destruídas, os funcionários foram demitidos e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ficou com uma dívida de doze bi, enquanto que o ITAÚ lucrou bastante com a compra do BANERJ - na realidade

uma oferta de recursos públicos e de um serviço para o Estado do Rio de Janeiro não veio nenhum.

O risco que o Banco do Estado e os paranaenses correm é exatamente esse. O Banco Del Paraná está sendo vendido - o leilão será no dia 24 - só tem um banco interessado pelo que depreende. O Banco ITAÚ demonstrou interesse, está fazendo alguns estudos e pode apresentar uma proposta. O Banco Del Paraná está orçado em doze milhões de dólares, que dá perto de vinte milhões de reais. O que é grave: o Presidente do banco revelou que na auditoria, na avaliação que a ERNEST YOUNG fez, desses 12 milhões de dólares tem 6 milhões de dólares que são créditos, a receber, do Banco Del Paraná.

Isso significa o seguinte, que o Banco ITAÚ ou qualquer outro banco que comprar o Banco Del Paraná pode exigir, para concretização da compra, que o Banco do Estado tenha um fundo de reserva, para garantir estes 6 milhões de créditos a receber. Na prática estamos dizendo o seguinte: - o Banco Del Paraná pode ser vendido por 6 milhões, trazendo prejuízo para os paranaenses que investiram perto de 15 milhões de dólares na construção do Banco Del Paraná. O que é grave para nós, nos preocupa e a Assembléia tem o dever de apurar melhor estas informações. Porque o balanço que foi publicado, no final do ano passado, no governo da atual gestão do Senhor Jaime Lerner, o Banco Del Paraná deu lucro! Deu lucro e distribuiu dividendos na ordem de 700 mil reais para os acionistas. Quer dizer, alguma informação errada existe e a gente precisava investigar e apurar melhor a respeito desse processo do Banco Del Paraná.

A respeito da privatização do Banco do Estado, discutimos a opção que foi colocada em prática, no modelo de privatizar o BANESTADO foi o modelo de integralização de capital. Os técnicos do Banco do Estado, quando demonstramos isso, demonstraram surpresa pela pergunta. Me parece que nunca passou pela cabeça da direção do Banco do Estado, quando negociou com o Banco Central de tentar tirar do Banco Central a modalidade da monetização. Significa o seguinte: - que o aporte de recursos que fosse usado para sanear o banco não iria diminuir o controle acionário do banco, não traria um impacto ao controle acionário do banco. Então hoje os 150 mil pequenos acionistas que existem, pulverizados no Estado do Paraná, que têm controle acionário do Banco do Estado na ordem de 30% de ações ordinárias, permaneceriam na mão dos paranaenses, quais sejam, funcionários do Banco do Estado, a Fundação do Banco do Estado e um sem número de investidores que, ao longo destes 70 anos compraram ações, subscreveram ações como investimento.

O Governo do Estado prefere a integralização, essa integralização vai acontecer como aconteceu com o Bamerindus, quer dizer, quem tem ações do Banco do Estado elas vão perder completamente o seu valor na medida que for integralizado o capital e for feita a venda.

Isso trará um malefício tremendo para todos os paranaenses que investiram no Banco. O que nos preocupa é que pelas revelações de alguns diretores do Banco os bancos interessados na compra do Banco do Estado do Paraná são os três grandes bancos de varejo, do mercado financeiro nacional, quais sejam, o Bradesco, o Unibanco e o Itaú, que são os três grandes bancos, privados do País. Ora, a direção do Banco do Estado e o Governo do Estado sempre fomentaram, junto ao Banco do Estado, aos gerentes, enfim a todo mundo, até o próprio Giovanni Gionédís veio a esta Assembléia e explicou isso, que o Banco do Estado e o Governo estavam procurando uma opção estratégica, uma opção estratégica, que seria um banco privado estrangeiro, europeu, americano ou asiático que pudesse vir aqui, comprar o controle acionário do Banestado e necessitar de toda a estrutura de rede administrativa e dos funcionários do Banestado, não trazendo impacto social com as demissões que viriam na privatização se optassem por um modelo de venda para um banco nacional.

Ora, agora vem o Banco do Estado confirmar aquilo que a gente, na época, vinha alertando ao Governo do Estado, o Bradesco, o Itaú, ou o Bradesco comprar o Banco do Estado significa o seguinte: - eles vão receber o Banco do Estado, de graça, o Estado do Paraná não vai lucrar quase nada com isso, 400 milhões de reais não dá para pagar dois meses de folha de pagamento do funcionalismo público, dá para pagar três meses de aposentados e pensionistas do nosso Estado. Nós perdemos um banco público e o Bradesco ou o Itaú ainda vão resgatar este dinheiro com os créditos tributários que o nosso banco tem.

Ora, que bom negócio é este que endividou o Estado do Paraná em 30 anos com 4 bilhões de reais? Eu não vejo do ponto de vista da condução dos negócios públicos, existe uma opção estratégica para manter emprego, para manter uma agência de fomento, tal qual é o banco do Estado, para ter uma capilaridade presente em todas as cidades, do nosso Estado, como um grande instrumento de desenvolvimento econômico. Eu não vejo qual foi a estratégia do Governo do Estado!

Me deixa a suspeição, não quero ser leviano, mas me deixa a suspeição que o episódio dos precatórios e o episódio do BANESTADO Leasing, onde o desenhaixe de oitocentos milhões de reais, e a gravidade das operações irregulares feitas na administração do Jaime Lerner no banco do Estado,

é que na realidade justificam a privatização do Banco. A busca e somente a Assembléia poderia nesse caso, tentar reverter tecnicamente é possível fazer ainda, mas precisa ter uma vontade política para que isso aconteça, de que o processo de privatização do banco seja pelo processo de monetização. Isso implica o seguinte: Deputado Marcos Isfer, que levantou a idéia na reunião de ontem junto aos administradores do Banco 30% do Controle acionário já pertencem há mais de duzentos mil paranaenses. Ora! é importante que duzentos mil paranaenses tenham o controle acionário do Banco do Estado, de uma empresa do Estado do Paraná? É importante! Se 30% está já de posse, perto de duzentos mil pequenos acionistas do Estado do Paraná. No processo de monetização quando for colocado o banco a leilão, nós teríamos na realidade para quem quisesse comprar o restante do controle acionário, perto de setenta por cento, Sr. Presidente, precisaríamos na ordem de 250 milhões de reais. Ora! 250 milhões de reais, daria para que o Governo fizesse um chamado, impulsionasse a sociedade civil, os empresários paranaenses, para que participasse desse processo, para o Banco do Estado não saísse de solo paranaense e que a rede do banco do Estado continuasse operando e ajudando o desenvolvimento do nosso Estado. Isso acho que seria do ponto de vista de que a Assembléia pudesse assumir, o Deputado Marcos Isfer, debateu essa idéia junto com o Presidente do banco, junto com nós Deputados. Acho que seria uma alternativa, mas precisaria que a Assembléia como um todo assumisse e encampasse essa luta. Vejo uma saída que seria de certa maneira uma possibilidade, para que não tivéssemos mais desemprego, para que um Banco de São Paulo não viesse ter o controle acionário do Banco do Estado, e que a gente mantivesse tanto a rede de funcionários do Banco do Estado, os serviços do Banco do Estado sendo utilizados pelo Governo do Estado através de convênios dali para adiante, e que o controle acionário fosse aí perto de duzentos mil pequenos acionistas paranaenses e de empresários que se dispusessem a participar desse processo.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte do Deputado, e amanhã pretendo fazer uso da Tribuna para discorrer sobre o tema, mas hoje já tínhamos o assunto e o brilhante discurso proferido pelo Deputado Nelson Justus. Então entendi que esse assunto deveria ficar para amanhã.

Quero dizer a V.Exa., que defende, como ontem eu defendia a idéia do povo paranaense, e através da Assembléia, com a liderança, o nosso Presidente Anibal Khury, unir-se em torno do Banco do Estado do Paraná. V.Exa. comete algumas

injustiças. Por exemplo, V.Exa. diz que o Governo do Estado do Paraná não quis optar pela monetização e sim pela integralização. Isso não é verdadeiro. V.Exa. ouviu quando os técnicos do banco do Estado foram categóricos em afirmar que o Banco Central impôs várias condições, como vem impondo. Não só o Banco do Estado do Paraná, o Estado do Paraná a outros Estados da Nação e a outras Instituições privadas que o Banco Central deseja a sua privatização.

Então quero ressaltar que acho que é possível realmente esta união em torno do Banco do Estado, para que ele permaneça aqui dentro do nosso Estado, e eu gostaria de amanhã me manifestar. Apenas dizer que eu senti e acho que V.Exa. também, por parte dos técnicos do Banco do Estado e do seu Presidente, que foram envidados inúmeros esforços para que outras alternativas fossem adotadas. Tanto que dos quatro bilhões que V.Exa. cita, um bilhão e seiscentos como ficou bem claro, já foram monetizados. O restante é que o Banco do Estado está a exigir que seja integralizado.

O SR. ANGELO VANHONI

Bom! Acho que as injustiças na realidade, a injustiça maior foi aquela que o Banco do Estado cometeu na compra de precatórios na Corretora e no Banestado Leasing, levando o Banco a falência por oitocentos milhões de reais. Essa é a verdadeira injustiça que o Governo fez durante esse processo todo. O resto podemos discutir.

Mas eu quero dizer para o senhor que fez essa citação ao brilhante discurso do Deputado Nelson Justus, querido amigo e um excelente parlamentar desta Casa. Volto a afirmar, fiquei profundamente emocionado pelo discurso do Deputado Nelson Justus na tarde de hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de ceder alguns minutos da Liderança do Governo para que eu pudesse ter um aparte no seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O assunto é de grande importância e entendo que deve ser amplamente debatido. Os Deputados que querem apartear podem usar o tempo que julgarem necessário.

O Sr. Valdir Rossoni

Vejo, V.Exa. aqui preocupado em enaltecer o discurso do Deputado Nelson Justus fez para construir o pronunciamento e o tempo que levou é digno de elogios de nossa parte.

Quero dizer para Vossa Excelência o seguinte e já disse isso pessoalmente. Vossa Excelência quando faz pronunciamento nesta Casa, falando em

banco mostra e demonstra um conhecimento nessa área.

Tenho acompanhado a CPI no Senado da República da questão do banco Central, da questão do Judiciário. Tenho observado na CPI uma falta de conhecimento.

Ontem senti na reunião em que fizemos com o Presidente do Banestado, que carece a nossa comissão poderíamos requerer ao Presidente Anibal Khury que se contrate uma pessoa de profundo conhecimento da questão bancária, para que possamos discutir com mais profundidade. Ontem, fui mais um ouvinte, mas sinceramente não vi como uma reunião produtiva, desculpe dizer isso, mas V. Exa. teve toda a oportunidade de se aprofundar na questão e fazer as perguntas ao Presidente, vi no Presidente e nos Diretores do Banestado um profundo conhecimento da situação.

Vi também nas suas explicações que todas as suas colocações eles tiveram respostas que não deixaram dúvidas.

É importante que se ressalte aqui que nós carecemos de uma assessoria para discutir essa questão.

Não temos conhecimento das questões bancárias. Digo de passagem, nem Vossa Excelência um funcionário do Banco.

Eles naturalmente estão vivendo vinte e quatro horas por dia a situação do saneamento do BANESTADO. Ontem senti esse vazio na reunião.

Cumprimento Vossa Excelência emocionado com o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O que queria dizer é o risco que corremos ao vender o BANESTADO. O Banco Itaú e o Bradesco é que vão disputar a venda do BANESTADO.

O Paraná a partir de janeiro, fevereiro, março do ano que vem pode entrar no mesmo processo que aconteceu com o Rio de Janeiro.

Dos dez mil funcionários do BANERJ, apenas 1.700 existem hoje. Num espaço de quatro anos o Itaú demitiu todos.

E disse que não ia demitir ninguém. um momento de crise que estamos passando, já estamos dando dinheiro público para por perto de duas mil pessoas na rua.

E o Governo comemora isso como se fosse um grande feito.

Preocupa-me o processo que está caminhando de privatização do BANESTADO. Todos os Senhores sabem que sou contra a privatização. Acho que o Estado teria uma outra alternativa, teria outro caminho a ser percorrido.

As perguntas que o Presidente do Banco, aí me desculpe eu não quero fazer nenhuma suspen-

são pela atual diretoria que esta recém empossada, o ex-Ministro Reinhold Stephanes é recente como Presidente do Banco do Estado do Paraná e essa atual diretoria em que pese que a Eleodi (?) continue, acompanhou o processo de privatização.

Mas o Deputado Valdir Rossoni é testemunha e esta Assembléia é testemunha, de que a direção do banco do Estado mentiu sistematicamente para a Assembléia Legislativa durante esses quatro anos.

Mentiu deslavadamente, não apresenta um único documento. O próprio Neco Garcia quando respondeu a questão do Airtton Daré, esta aí, agora, sendo processado pelo Ministério Público, quando nós fizemos a denúncia de que tinha dado 1.800 em parcelas para um automóvel disputar "Indy light", lá de São Paulo.

O Senhor Neco Garcia veio aqui acusou quase todos os Deputados dentro da leviandade e disse depois que tinha 25 Milhões de recursos aplicados no nosso banco. Por isso, que tinha dado a contrapartida de publicidade para esse corredor de automóvel.

Esta aí, agora, o Neco Garcia respondendo na justiça com os bens bloqueados, porque transgrediu uma norma que o próprio banco estava dizendo que não era para recalcular os juros pagos a este investidor.

Quer dizer, dá suspensão eu tenho o seguinte, de que o Presidente do Banco do Estado mantinha relações inexplicáveis com empresários lá de São Paulo, como o pai do menino Airtton Daré.

Então escuta, dá para nós acreditarmos nas explicações da diretoria do banco. quando nós perguntamos, ora. Sabe qual é a pergunta?

Eles fizeram um acordo com o Banco Central, fizeram no papo, e ontem também ficou claro que fizeram no papo de que a Fundação dos Funcionários do banco, se o Banco Itaú não quisesse mais pagar a parte dos funcionários do banco, sabe quem vai assumir isso? DENAN, daí vão retirar o dinheiro no ato da venda.

Ora, vão retirar o dinheiro na venda, vão abater. Sabem de quanto é essa quantia, para fazer o cálculo autoria das pessoas que possivelmente vão ter que se aposentar?

É mais de 300 milhões de reais. Isso quase cobre o valor do banco como é que vai tirar isso da privatização do banco. Mentira! Não está claro isso.

A COPEL está sendo privatizada e pode ser privatizada. O que os funcionários da COPEL conseguiram no processo de privatização?

O Estado do Paraná vai se responsabilizar pelo fundo de Pensão, na aposentadoria dos funcionários da COPEL.

Isto para o Banco do Estado está um grande ponto de interrogação. Vocês acham que o Itaú vai

corresponder com a aposentadoria dos funcionários do Banco do Estado.

Não faz isso com os seus funcionários, porque que vai fazer para o banco do Estado.

É claro que não vai! significa o seguinte: O fundo de Pensão dos funcionários do banco que hoje detém quase 18% ou 20% das ações ordinárias do banco e poderia ser um controlador do banco, se não tivesse os "lobys" legais, vai ter uma dura realidade se nós mexermos no modelo de privatização.

Se nós atuarmos a Assembléia, do ponto de vista da modelagem do processo de preservar alguns interesses.

Os funcionários têm três empresas que dá assistência médica e saúde para mais de 50 mil paranaenses, que é Corretora de Seguros e que é a Gralha Azul. Ora, aonde vão parar essas duas empresas? Vão virar pó, porque o Itaú não vai deixar a Gralha Azul operar na agência Itaú, é evidente que não, porque eles têm uma Seguradora, eles têm o Itaú Prev. Como é que vai ficar essas questões?

Agora para favorecer o banqueiro as medidas estão sendo traçadas. O Presidente disse ontem, que esta para vir para a Assembléia Legislativa um Projeto de Lei permitindo o Estado do Paraná a fazer os depósitos judiciais e do imposto que recebe de transferências constitucionais e do ICMS, no Banco do Estado depois de privatizado. Mudando a lei que obriga hoje, a aplicação dos recursos em bancos públicos, que isso vai ser um chamaris que pelo menos fique durante 4 ou 5 anos, para que o Banco Privado compre o banco.

Então nós vamos vender o Banco do Estado a preço de banana, tem o crédito tributária, não vão mais pagar o que se deve para a fundação do banco. Vamos depositar 3 bilhões e 600 milhões que são os créditos que o Paraná tem de receita e corrente líquida durante um ano, na mão do banco Itaú. Esse banqueiro vai ficar muito contente. E quem é que vai perder com isso?

Vai perder o povo do Paraná, que não vai ter mais Banco. Todo o recurso vai ser decidi na aplicação lá em São Paulo vamos ter problema social que serão os 3 ou 4 mil funcionários que vão ser mandados embora do Banco e a Assembléia fica impassível? Não vamos tratar dessas questões? Acho que não dá para a Assembléia ficar distante deste problema que ali na frente vai ser um problema social gravíssimo para o nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Vanhoni, como bem frisou o Deputado Anibal Khury, o pronunciamento de Vossa Excelência é da maior importância para o Paraná e

para este Parlamento e devo concordar com seu pronunciamento, até porque desde o início desses procedimentos todos com vistas à privatização do Banco do Estado do Paraná, a Bancada do PMDB sempre se somou às manifestações da Bancada do PT com referência à não privatização do Banco do Estado do Paraná, defendendo sempre que existia e como acreditamos até hoje existir, condições, meios para que se processe o saneamento do Banco. Veja Vossa Excelência que a Gazeta Mercantil de hoje traz uma matéria onde coloca a vontade que tem o Banco Central em reduzir os Bancos estatais, mas essa vontade não foi para com o Estado do Paraná, a mesma em relação a outros Estados, ou talvez, a ação política do governo do Estado do Paraná em relação ao seu Banco público estatal, não tenham sido a mesma junto ao Banco Central, como fez o Espírito Santo, o Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, como fez São Paulo no caso da Nossa Caixa, Nosso Banco, como fez Sergipe, porque nesses Estados mencionados, em todos eles, ao invés da privatização, optou-se e teve autorização para saneamento e o Banco Central liberou os recursos e esses Bancos estão sob processo de saneamento, permanecendo sob o controle acionário do Poder Público Estadual e nas mãos dos respectivos moradores desses Estados.

Então, no nosso modo de ver fez-se a divulgação de números que não correspondiam à realidade. Vossa Excelência em mais de uma oportunidade nesta tribuna, mostrou os números levantados pelos funcionários do Banco, mostrando que não havia a necessidade de qualquer coisa a redor de 50% daquilo que o Banco foi buscar no Banco Central.

Nós, em todos os momentos junto com Vossa Excelência e com os Deputados do PMDB e outros parlamentares, demonstramos com números, que era possível o saneamento. Bastava para isso, uma vontade paranista e política em defesa do Banco do Estado do Paraná.

Digo que temos que reverter esse processo. Ainda há tempo de transformarmos essa privatização em saneamento ou pelo menos, que se faça, nesse processo de privatização, como bem citou Vossa Excelência e o Deputado Marcos, a monetização, para que possamos manter o Banco do Estado do Paraná em mãos dos funcionários do Banco, das instituições paranaenses e dos empresários paranaenses, porque com outros Estados, o Banco Central concordou com o saneamento. Por que não concordou no caso do BANESTADO? Porque certamente, não houve pressão, interesse de quem governa o Paraná neste momento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mesmo porque a questão política é uma questão fundamental. O BANRISUL é um banco que tem um número de funcionários e uma rede parecida com o Banco do Estado. O número de funcionários e a presença no mercado e muito próxima e o faturamento e desempenho nesses últimos vinte anos, muito próximo. O BANRISUL, o Antonio Brito assinou um Protocolo de intenção de privatização do BANRISUL. O governo atual, do Olívio Dutra não vai cumprir e está brigando com o Banco Central e mesmo assim o Banco Central liberou os recursos para saneamento do BANRISUL e durante os 4 anos de governo do Olívio Dutra, enquanto ele for governador, o BANRISUL não será privatizado.

O que demonstra é que há um espaço. Assim como o Governo do Paulo Afonso optou pelo saneamento do BESC, e o atual Governo Esperidião Amin, tem dito que não intenciona privatizar o BESC. O que demonstra que há um espaço de atuação junto ao Banco Central que não é exatamente aquele que os técnicos do Banco do Estado disseram para nós, lá, que há uma imposição do Banco Central para que as coisas sejam assim.

Isso é fácil para que o Governo assuma uma postura que não quer deixar muito clara. O Governo Jaime Lerner quis e quer privatizar o Banco! E será que nós, da Assembléia Legislativa temos que concordar com isso? Será que o Governo, será que a cabeça do Giovani Gionédís ou a cabeça do Guaraci, não sei quem é que assessora o Governador para essas coisas, mas será que esses homens estão com bons entendimentos do que é melhor para o Estado do Paraná? Será que a Assembléia Legislativa não tem nenhuma opinião a ser dada de que o Banco do Estado deve ser preservado, de que há uma outra alternativa e não apenas do problema social que vai ser as demissões ou da perda de um banco como o Banco do Estado do Paraná?

Por isso acho que é o momento em que a gente, de novo - mais uma vez - começa a tratar dessas questões. Porque é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado a presença deste banco aqui em território paranaense.

De resto, quero deixar aqui um abraço ao Deputado Nelson Justus, pelo seu brilhante discurso, apesar de que eu não concorde com muitas questões por ele colocadas.

Mas à medida que fui escutando, escutando e prestando atenção nas palavras, vi o empenho do Deputado Nelson Justus que por mais de 60 minutos discorreu sobre as questões da vida e da sociedade moderna e dos problemas sociais, dos conflitos do papel do Estado, vi que o Deputado Nelson Justus está preocupado com as questões de mudança da nossa vida, da nossa sociedade.

E, pela menção que fez a meu nome no início do discurso, quero dizer que fiquei bastante emocionado e agradeço as palavras que vieram a meu respeito.

Palavras que de Vossa Excelência não poderia esperar que fossem diferentes, palavras que me deixaram reconfortado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 281/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, imóvel de propriedade do Estado, situado no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/99, de autoria do Deputado Pércles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche José Santana, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios de Cantuquiriguaçu, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/99, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Boa Vista da Aparecida - AAPB, e dá outras providências, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 54, de 24.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 266/99

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.06.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1298, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1189, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, tenho já as informações para serem prestadas ao Sr. Deputado, e na ausência do Deputado Caíto Quintana, requeiro ao Deputado Orlando Pessuti, a retirada do requerimento, visto que as informações já estão em minhas mãos, com a concordância do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Liderança do PMDB concorda?
Retirado o requerimento.

Requerimentos nºs 1260 e 1264, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1283 e 1284, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1291, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1292, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1293 e 1296, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1299, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1300 e 1302, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1260-A, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O Requerimento será encaminhado através da Casa Civil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/99

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178 e 266/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 082 e 283/99

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após a mesma, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074, 162 e 197/99

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo e com a presença dos seguintes Deputados membros desta Comissão: Pastor Edson Praczyk, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Divanir Braz Palma e com a presença do também Deputado Moysés Leônidas. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 123/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca -

APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 130/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademir Bier - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 031/99 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio. Vistas ao Deputado Hermes Fonseca que requer o projeto convertido em diligência - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 027/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. Concedido vistas ao Deputado Algaci Tulio; 05) Projeto de Lei nº 089/99 de autoria do Deputado Beto Richa. O Deputado Divanir Braz Palma requer que este Projeto de lei seja convertido em diligência - APROVADO. Em seguida o Senhor Presidente cedeu a palavra à Coordenadora Geral do Governo, Yára Chistina Eisenbach, e ao Coordenador do Modelo de Gestão do Governo, Francisco Lobato, que vieram solicitar a esta Comissão debater, mais uma vez, o Projeto de Lei nº 255/98, que objetiva instituir a Política Estadual de Recursos Hídricos e criar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em reunião. Todos os Deputados concordam com a necessidade de aprovação rápida do mesmo, marcando a data de 15 de junho próximo para a realização desta Reunião Extraordinária, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes a por mim, Luciane Andretta, Secretária de Comissão.

(aa) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Luciane Andretta

Secretária

A SRA. IARA (Secretaria do Planejamento)

Gostaríamos de agradecer a oportunidade de estarmos aqui e poder esclarecer, este é o objetivo nosso. Estamos trabalhando há 4 anos na confecção dessa lei em discussão com entidades, com ambientalistas, com prefeituras, com a OCEPAR e com diversos segmentos. Mas achamos ainda que devemos fazer mais discussões. Se o senhor achasse conveniente gostaria de fazer um panorama geral do que nós, técnicos do Governo, porque temos tanta urgência, nós, técnicos do Governo, porque temos tanta urgência. Nós estaríamos à disposição agora sem prejuízo da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cleiton Kielse)

Sim, é conveniente essa explicação.

A SRA. IARA (Secretaria do Planejamento)

A maioria dos rios que drenam o território paranaense são rios federais, são considerados federais porque ou dividem 2 Estados ou nascem num Estado e morrem em outro. Por conta disso são considerados rios federais. Nós temos os nossos vizinhos: São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul todos eles já têm as suas leis estaduais. No Brasil o Acre tem uma lei estadual que institui a política e o sistema de recursos hídricos à luz da Lei nacional. Que é a 9433. Essa nossa relação com os nossos vizinhos, vizinhos por serem rios federais, nós precisamos, estamos gestionando junto à União em conjunto com os vizinhos, a delegação pela União para que o Paraná possa gerir os recursos hídricos que drenam o seu território. E cada vez que sentamos à mesa com a União, a União está pronta para assinar. Inclusive o nosso modelo de contrato de delegação de gestão, foi tomado pela Ana, vai ser criado agora no Congresso Nacional, a Agência Nacional de Águas, foi colocado o modelo do Paraná como o modelo nacional em gestão. Só que não podemos firmar esse contrato, por isso ficamos reféns da União. Já está instituída a política nacional. O ponto mais polêmico que é a cobrança dos produtos hídricos, este é uma coisa independente de nós, será cobrado, independe do Estado. O que o Estado quer, na realidade, é poder gerir e poder proteger os paranaenses dentro do seu território com instrumentos que sejam adequados, não de roldão. Numa lei nacional que seja igual para todos os Estados. Queremos um sistema nosso que à luz do nacional possa traduzir a nossa expectativa, as nossas necessidades dentro das nossas bacias. Hoje o Paraná não tem um assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos porque não tem um sistema e não tem uma lei. Os outros Estados têm. O Rio Grande do Sul tem dois, Santa Catarina e São Paulo têm dois lá. E nós não temos ninguém, não temos porque não temos o sistema. Então é só neste sentido.

Não queremos ficar reféns da União, não queremos que a União inicie uma cobrança pelos recursos hídricos e que esse dinheiro seja carreado para os cofres da União e o Paraná ter que ir um píres na mão pedir que volte aquele recurso e depois não volta mais. Essa é a nossa urgência, a urgência não é para iniciar a cobrança e nada, é para ter o sistema, relações futuras do sistema e uma política à luz da nacional. Não podemos ter nada ao arrepio dela e nem deixar de ter. Esses são os pontos que trazem a nossa urgência. Nós, como técnicos, que temos trabalhado tanto tempo em cima disso, a nossa urgência está só nela: de não podermos firmar um contrato de gestão com a União.

O SR. LOBATTO

Só para dar umas datas, São Paulo tem a lei desde 1991.

A lei federal foi sancionada em janeiro de 1997, pelo Presidente, Estados importantes da federação não têm este sistema portanto não têm voz. Temos informações seguras que dentro de 10 ou 15 dias o Presidente da República estará baixando o decreto de regulamentação da Lei Nacional e a partir daí a União poderá montar o sistema nacional, instalar o sistema nacional, sob a sua ótica. Ele poderá, por exemplo, montar o comitê do Paranapanema, quando gostaríamos de montar o do Tibagi. O território nacional é um mosaico, ele poderá ser coberto de um comitê de bacias, poderá ser, a partir da ótica da União ou poderá ser a partir da ótica do Estado.

A lei, no Paraná, abre a possibilidade de nos colocarmos em campo, sem a lei estamos fora do jogo, e daí a nossa urgência, se formos um pouco mais rápidos e conseguirmos a nossa lei anteriormente ao decreto da União aí ganhamos algum poder de fogo. o que é desagradável, e temos que confessar isso aos senhores, é em reuniões com 5 ou 6 outros Estados da federação, já com leis e já discutindo a possibilidade de descentralização, sempre alguém lembrar: - Escutem, vocês do Paraná que não cumpriram a lição de casa? E aí ficamos absolutamente desarmados. Independente da procedência das Emendas apresentadas pelos Senhores Deputados e que a maioria delas conseguimos que fossem acolhidas, como o Deputado Algaci colocou e que colocaram a lei até muito mais interessante.

De todo modo, vale sempre lembrar, que a nossa lei é ordenada na conformidade com a lei federal, é competência privativa da União legislativa sobre as águas.

Mais uma observação, esta lei se refere à água bruta, aos corpos hídricos, não se refere, ela não se refere, não tem nenhuma questão com a questão da água potabilizada. Aí dentro dessa lei importa que alguma companhia, pública ou privada, vai ao rio, capta a água utiliza essa água e depois devolve poluída ou pré-tratada, é disso que a lei trata, ela é antes desta água entrar no sistema de abastecimento. Não tem referência com a discussão de privatização de companhia de saneamento, se refere a meio ambiente e recursos hídricos.

O SR. ADEMIR BIER

Só gostaria de colocar o seguinte, que a própria FETAEP, enfim, estes órgãos aí, naquela audiência que foi feita ali, senti que eles não estavam sabendo da coisa tanto é que se apressaram em mandar emendas e tal, se socorrendo, sabem então deixou-nos apreensivo, temos que conversar, explicar direitinho, temos que ver o espírito da coisa.

O SR. LOBATTO

Conversar nunca é demais.

O SR. PRESIDENTE (**Cleiton Kielse**)

Com todo respeito à Comissão, estou aqui na Assembléia há nove anos - desde 1990 - e só agora, a cerca de 40 dias atrás, tivemos a oficialização da entrada deste projeto.

A SRA. IARA

A gente não tem acesso, não sei como funciona, nós já entramos há um ano atrás.

O SR. ALGACI TULIO

Vale lembrar que entrou aqui em maio e ficou parado, quer dizer, se hoje o Paraná está em atraso não é pela falta de elementos é porque ficou parado na Casa. Isso vem de encontro com aquilo que falei anteriormente que o que me frustra na Assembléia é isso, não podemos ter autonomia, não temos condições de provocar um debate, um fórum para discutir estas questões.

Senhor Presidente, o senhor veja que temos um prazo, corremos o risco aí de ficarmos fora do Conselho Nacional, corremos o risco do Paraná ser taxado pela União e perder recursos. Até sugeriria que déssemos como prioridade - talvez na próxima reunião - para começarmos a debater este assunto, que talvez é mais importante do que, embora também importante é a vinda do Secretário, do pessoal do IAP, para explicar para esta Comissão o que fez de meio ambiente, lá a Secretaria, os recursos onde foram alocados e tudo mais, mas temos agora uma prioridade.

O SR. PRESIDENTE (**Cleiton Kielse**)

Vamos colocar em discussão, revertemos isso, a questão da próxima reunião da Comissão de Ecologia, para colocarmos, ao invés do Secretário, colocaríamos o pessoal dessa área técnica da Secretaria de Meio Ambiente, exclusivamente para discutir sobre este assunto e passaríamos o Secretário de Meio Ambiente para daqui a quinze dias.

O SR. ADEMIR BIER

Sem problemas. Até para explicar este projeto e suas implicações detalhadamente para termos maior conhecimento.

A SRA. IARA

Vamos fazer uma apresentação técnica.

O SR. ALGACI TULIO

Posso garantir que a explicação que a Assembléia vai ter vai ser de alto nível, de muita compreensão porque o pessoal que está trabalhando nesta área já tem trabalhado muito com os prefeitos

da Região Metropolitana. Mas o que faltava realmente à Casa, para nós aqui, desta Comissão, somos Deputados novos - me considero novo porque não estava aqui nos últimos dois anos - o único velho aqui é o Kielse. Ele mesmo já falou que há 40 dias ele ouve falar do projeto, no entanto está aqui desde maio.

O SR. PRESIDENTE (**Cleiton Kielse**)

Já fui Presidente da Comissão desde 91 e nunca tivemos este projeto e nem discussão.

O SR. ALGACI TULIO

Então, a Assembléia perde esta oportunidade de criar um alto debate, de valorizar a Casa, em si, nós, Deputados envolvidos neste processo, porque meio ambiente diz respeito a todos nós. Perdemos esta oportunidade, podíamos ter convocado, pela Comissão, um grande debate, um grande fórum aí, fazer aqui, fazer em microregiões já antecipando-se este conhecimento do pequeno agricultor, aquele que vai gastar o chamado "insignificante uso de água". Tem que saber o que que é o "insignificante", de repente, né. Insignificante porque o seu uso de água é insignificante. Não é o mesmo que vai usar um outro agricultor. Acho que estamos perdendo essa oportunidade e podemos resgatar, agora, com essa atitude do presidente. Que a gente antecipe esse debate.

O SR. ADEMIR BIER

Só para complementar, de repente nessa reunião que vamos ter na próxima semana, de convidar alguns Deputados que fizeram emendas. É importante a presença desse pessoal, até para ganharmos tempo.

O SR. ALGACI TULIO

Até pode ser uma reunião aberta a todos os Deputados da Casa. É um assunto importante.

O SR. CLEITON KIELSE

Então passaremos esta reunião para a próxima 3ª feira, às 10 horas da manhã, no Plenarinho da Casa. Traríamos também o pessoal do IAP, o instituto paralelo ao IAP que tem uma ONG também embutida dentro do IAP, só para relatar algumas coisas vinculadas a esta nova legislação. Poderemos convidar mais alguma Secretaria, a própria SANEPAR.

O SR. ALGACI TULIO

Pode repetir aquele pessoal que trouxemos naquela audiência pública: SANEPAR, COPEL, Sec-

retaria do Meio Ambiente, do IAP, Secretaria de Planejamento. Aqueles Órgãos que já trouxemos.

O SR. CLEITON KIELSE

Vamos então estudar com mais profundidade, neste final de semana, para que a gente possa discutir com mais responsabilidade como vamos tratar para o resto de nossas vidas a questão de legislação sobre recursos hídricos no Estado do Paraná. É uma legislação permanente, como já disse a Iara, é uma legislação que já foi confrontada com os demais Estados e que, a princípio, foi dada como modelo.

Deixo em discussão, nenhuma observação.

Agradeço, em nome da Comissão de Ecologia, a todos e dou por encerrada a reunião.

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO COLONIZAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Nereu Moura. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a presente reunião. Foi aprovada a sugestão do Senhor Presidente de enviar convites, para tratar de assuntos concernentes aos problemas da terra no nosso Estado, para a próxima reunião da Comissão as seguintes entidades: Instituto Ambiental do Paraná, Incra, Associação Dos Magistrados, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Fap, Ordem Dos Advogados Do Brasil, Pastoral da Terra, M.S.T., e CNBB. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário de Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(aa) NEREU MOURA

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO COLONIZAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Nereu Moura e contando com as presenças dos Deputados Péri-

cles Mello, José Maria Ferreira, Edgar Bueno e Braz Palma e também contando com as presenças do Senhor José Carlos Araujo Vieira, do INCRA, Jairo Corrêa de Almeida, da FETAEP, Zenildo Megiatto da CPT PR, Pe. Ladislau Biernaski da CNBB-PR, José Guilherme Cavagnari, da FAEP, Jacy Vanz Perin da FETAEP, Guilherme Luiz Gomes, da Associação Magistrados do Paraná, Wilson Ramos Filho, da OAB-PR, Ademir Mueller, da FATAEP, Antonio Lúcio Larantonello, da FATAEP, Gercino Silva, do MEPF-M.J., Marcos Bittencourt Fowler, do Ministério Público, Rogério Antonio Mauro, do M.S.T, Sandra Mam Pereira de Queiroz, do IAP. O Senhor Presidente abrindo os trabalhos, passou a palavra ao Senhor Gercino Silva, do Ministério Público, que apresentou um amplo relato sobre a Reforma Agrária no Estado do Paraná. Logo após, foi aberta a palavra aos Senhores Deputados e participantes, conforme as notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para o dia vinte e dois terça-feira, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

NEREU MOURA

Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se os membros componentes desta Comissão, presidida pelo Senhor Deputado Edson Strapasson. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se à ordem do dia: 1) Projeto de Lei nº 080/99, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa. Relator: Deputado Péricles de Holleben Mello. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 90/99, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa. Relator Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

EDSON STRAPASSON

Presidente

Sandra Zampier
Secretária